

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2005**

**MESA:** PRESIDENTE: Rui Jorge Ferreira Barros (PSD).

SECRETÁRIOS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) e Carlos Alberto Couceiro Reis (PSD).

**HORA DE ABERTURA:** 14 horas e 30 minutos.

**PRESENÇAS:** Avelino Silva de Almeida (PS), José Luís Gaspar Campos (PSD), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Manuel Monteiro Casais (PSD), Sandra Marisa Martins de Figueiredo (PS), Fernando Tavares Rodrigues (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS), Rui Manuel Ferreira Almeida, (PSD), António Carvalho de Almeida Casais (PS), António Alberto da Silva Almeida (PSD), Eurico Correia Martins (PSD), Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS), Manuel de Almeida e Silva (PSD), Sónia Maria da Rocha Cela (PS), Paulo Jorge Bento Páscoa (PSD), Augusto Sequeira Machado (PS), Manuel Lagoa dos Santos (PSD), Vítor Manuel Figueiredo Portela Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Baiões (PSD), Celestino Manuel da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal (PS), António Ribeiro de Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais (PSD), José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Fernando Joaquim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PSD), Carlos Manuel Rodrigues Guimarães, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Stª Cruz da Trapa (PSD), Carlos Alberto Loureiro Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), Fernando Oliveira da Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho das Moitas (PSD), Vítor Manuel de A. Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS), Carlos Alberto Marques Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PSD), Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PS), João Rodrigues Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Sr. Presidente da Câmara Municipal, António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo em representação da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Alberto Sousa, Rogério Fernandes Duarte e Maria de Fátima Duarte Almeida Pinho.

**LOCAL:** Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

### **ORDEM DE TRABALHOS**

- Período Antes da Ordem do Dia;
- Assuntos da Ordem do Dia:
  - 1 - Informação sobre a actividade e situação financeira do município;
  - 2 - Discussão e votação das seguintes propostas do Executivo:
    - 2.1 - 16ª Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul;
    - 2.2 - Regulamento sobre o Licenciamento das Actividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº 264/2002, de 25 de Novembro e no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro. Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos;
    - 2.3 - Documentos Previsionais – Orçamento 2006;
    - 2.4 - Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano 2006;
    - 2.5 - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2006;
    - 2.6 - Proposta de alteração às “Normas de Utilização das Viaturas ao Serviço de Educação Cultura e Desporto”.
- Período de Intervenção do Público.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou em discussão a acta da sessão ordinária de 21 de Outubro de 2005, tendo-se verificado a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Referiu que na folha 91, linha 18, onde se lê: “...antenas parabólicas...”, deve ler-se: “...ventoinhas eólicas...”.

Não havendo mais intervenções e com a rectificação apontada, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a acta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 32 (trinta e dois) votos a favor e 8 (oito) abstenções dos Srs. Deputados Municipais do Partido Socialista, António Augusto Ferreira Gomes, Sandra Marisa Martins de Figueiredo, António Carvalho de Almeida Casais, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Sónia Maria da Rocha Cela, Augusto Sequeira Machado, Manuel Amadeu Ferreira Pinto e Manuel Mouro Pinto, por naquela data ainda não serem membros deste Órgão Deliberativo.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a acta da primeira sessão de funcionamento da Assembleia Municipal do dia 24 de Outubro de 2005 a discussão. Não se tendo verificado intervenções colocou a mesma a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com 39 (trinta e nove) votos a favor e 1 (uma) abstenção do Sr. Deputado Municipal Eurico Correia Martins (PSD).

Por último, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a discussão a acta da sessão extraordinária de 25 de Novembro de 2005, tendo-se verificado a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Referiu que havia um erro na primeira votação onde consta 22 votos a favor e 6 votos em branco o que dá 28 votantes, mas na sala estavam 38, de forma que existe um erro. Referiu ainda, chamando a atenção da Assembleia, para o facto de, quando nas actas mencionam as presenças das pessoas, fala-se o Dr. fulano tal, no Engº fulano tal e que neste caso não sendo Dr. nem Engº estava à vontade para falar mas que haviam muitas outras pessoas naquela sala que eram Dr. e Prof. e não constavam como tal, de forma que, seria necessário dar tratamento igual a todas as pessoas, tanto de uma bancada como da outra.

Tendo em conta a rectificação apontada, rectifica-se aqui a presente acta, sendo que, onde se lê: “Proposta Conjunta A – 22 votos a favor 6 votos em branco”, deve ler-se: “Proposta Conjunta A – 22 votos a favor 16 votos em branco”.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar instruções para serem retirados os títulos académicos, para ser tratamento mais igual e que não era com qualquer sentido pejorativo que se tratavam uns por Drs. outros não e que rectificar-se-ia, posteriormente, o tratamento dado às pessoas.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a acta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 38 (trinta e oito) votos a favor e 2 (duas) abstenções, do Sr. Deputado Municipal Eurico Correia Martins (PSD) e Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PS).

Correspondência recebida:

Da Associação Nacional de Municípios Portugueses:

- Circular nº 119/2005-AG, de 27/09/2005, enviando cópia de documento aprovado pelo Conselho Directivo da ANMP para a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006;
- Circular nº 120/2005-MJL de 28/09/2005, informando data e local para a realização do XV Congresso desta Associação agendado para os dias 9 e 10 de Dezembro, no Porto – Centro de Congressos da Alfândega;
- Circular nº 123/2005-CO de 30/09/2005, remetendo exemplares do Boletim nº 139 da ANMP, referente ao mês de Agosto/2005;
- Circular nº 125/2005 de 17/10/2005, solicitando comunicação do nome do Presidente da Junta de Freguesia que representará as Juntas de Freguesia deste Concelho no XV congresso da ANMP;
- Circular nº 131/2005-AG de 25/10/2005, enviando parecer relativo à Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2006 solicitando a melhor atenção para as preocupações levantadas;
- Circular nº 130/2005-CO, de 31/10/2005, remetendo exemplares do Boletim nº 140 da ANMP, referente ao mês de Outubro/2005;
- Circular nº 126/2005, de 02/11/2005, enviando programa provisório, bem como nota explicativa acerca do processo de inscrições e acesso à documentação referente ao XV Congresso da ANMP;
- Circular nº 137/2005-PB, de 04/11/2005, convidando a participar no Encontro Nacional de Eleitos Locais, a realizar no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, no dia 16 de Novembro de 2005;
- Fax, de 8/11/2005, relembrando da abertura das inscrições para os Delegados ao XV Congresso Nacional de Municípios Portugueses, a ter lugar no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, nos dias 9 e 10 de Dezembro de 2005;
- Circular nº 142/2005-AG, de 17/11/2005, enviando cópia da “Declaração Final”, aprovada por aclamação no Encontro Nacional de Eleitos Locais que se realizou no passado dia 16 de Novembro em Santarém;
- Fax da circular nº 145/2005 datada de 29/11/2005, informando “site” onde se encontram disponíveis documentos referentes ao XV Congresso da ANMP;

- Circular nº 147/2005-CO, de 30/11/2005, remetendo exemplares do Boletim nº 141 da ANMP, referente ao mês de Novembro/2005;
- Fax da circular nº 148/2005 datada de 11/12/2005, solicitando opinião sobre a forma como entende que decorreu o XV Congresso da ANMP, nos seus mais diversos aspectos

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 3389 de 28/09/2005, remetendo cópias da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 13/09/05;
- Ofício n.º 3708 de 04/11/2005, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 27/10/05;
- Ofício nº 4003 de 30/11/2005, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 14/11/05;
- Ofício nº 4188 de 14/12/2005, remetendo a cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 28/11/2005;

Diversos:

- Ofício nº 301985/SCS/2005, datado de 14/11/2005, enviando pareceres ref. Proc. Nº 2-CR/175/2005 – licenciamento comercial – Lei nº 12/2004, de 30 de Março, - Comissão Municipal de S. Pedro do Sul;
- Ofício da Casa da Académica em Lafões, datado de 15/11/2005 a convidando para estar presente no II Seminário “A FORMAÇÃO NO DESPORTO” que decorreu no dia 26 de Novembro do corrente ano, no Auditório do Museu Municipal de Oliveira de Frades;
- Ofício da Omnitur, datado de 27/10/2005, enviando uma proposta de alojamento no Porto por ocasião do XV Congresso da ANMP (09-10 Dezembro – Palácio da Bolsa no Porto);
- Ofício da Assembleia Distrital de Viseu nº100/05, datado de 02/11/2005, solicitando informação dos membros deste concelho, que irão constituir a Assembleia Distrital, durante o próximo quadriénio de 2005-2009;
- Ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de S. Pedro do sul, nº 326, datado de 10/09/2005, solicitando indicação de quatro elementos para integrar a Comissão, ao abrigo da alínea I do artigo 17º da Lei nº 147/99 de 01 de Setembro de 1999;
- Ofício da Síntese Planeamento, enviando proposta “Contributos e Reflexões para o futuro – Bases para uma Agenda Estratégica”;

Publicações:

- “Jornal do STAL” nº 79, referente ao mês de Setembro de 2005;
- Jornal “Associação” nº s 205, 206 e 207, referentes, respectivamente, aos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2005;
- Revista “Ecos da Gravia” nºs 136 e 137, referentes, respectivamente, aos meses de Outubro e Novembro de 2005;
- Boletim do STAL nº 25 referente ao mês de Outubro de 2005;

Postais de Boas Festas:

- Do Governador Civil do Distrito de Viseu;
- Do Coordenador Subregional de Saúde do Distrito de Viseu;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Convites:

- Do Centro Social da Freguesia de Valadares, para estar presente na Ceia de Natal, no dia 10 de Dezembro;

Apresentação de Justificação de Faltas:

- Do Sr. Deputado Municipal, Eurico Correia Martins, à sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de Novembro de 2005.
  
- Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Referindo-se a uma das cartas que a Assembleia Municipal recebeu, consta como diversos: Ofício nº 301985/SCS/2005, datado de 14/11/2005, enviando pareceres ref. Proc. Nº 2-CR/175/2005 – licenciamento comercial – Lei nº 12/2004, de 30 de Março, – Comissão Municipal de S. Pedro do Sul; solicitou que fosse mais explícito e, se possível lido ou facultado fotocópia do referido ofício.
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, o mencionado ofício era relativo ao licenciamento que está pedido pelo Pingo Doce, de novo estabelecimento comercial. Disse que lhe foi dirigido porque ainda não foi eleito na Assembleia Municipal representante nessa comissão, que era um ponto que ia pedir para ser incluído na Ordem de Trabalhos. Para esclarecimento, diz não poder ler o ofício por que é um processo de licenciamento que foi enviado enquanto membro da Comissão. Quanto ao fornecimento de uma cópia terá que ver da possibilidade, uma vez que está no âmbito da Comissão, mas se for possível transmitir-lhe-á.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Começou saudando todos os presentes, referindo que já não era a primeira vez que fazia parte da Assembleia Municipal, já tinha estado no mandato de 1989 a 1993. Disse que teve prazer, na altura, em ter sido colega de alguns dos seus novos colegas nomeadamente o Dr. Ferreira Gomes, João Luís Tavares e o Sr. António Batista de Pinho. Referindo-se à frase do Sr. Deputado Victor Figueiredo, sugeriu que a partir de agora nas actas da Assembleia Municipal ninguém fosse tratado por doutor nem engenheiro, mas sim por Sr. Deputado. Disse que era um princípio da igualdade e este princípio vem desde as Revoluções Francesa, Americana, etc. Até hoje é comum nos Liberais, Socialista e Comunistas, achando que este princípio devia ser aqui aplicado. Recorda aqui também os 25 (vinte e cinco) anos da morte de um grande patriota democrata amante da liberdade que foi Francisco Sá Carneiro, no passado dia 04 de Dezembro. Obra do destino ou mão criminosa do homem, ele faleceu nesse dia. Recorda aqui que, pessoalmente, acredita mais que tenha sido mão criminosa de alguém que o matou e a quem o acompanhava naquele dia, tendo sido a essa conclusão que chegaram sucessivas comissões da Assembleia da República das quais fizeram parte elementos de outros partidos que não o PSD e CDS que na altura o apoiavam, como, inclusivamente, fizeram parte membros do PS, do PCP e não sabendo se a UDP, hoje integrada no Bloco de Esquerda, chegaram à conclusão que teria havido homicídio. Isto para recordar que Sá Carneiro foi um grande democrata que se debateu pela liberdade e pelos Direitos Humanos antes e depois do 25 de Abril. Antes do 25 de Abril recordaria a luta que ele travou quando o ditador Salazar mandou para o exílio o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, a luta que ele continuou a travar já com Marcelo Caetano pelo seu regresso, pelo seu papel como deputado independente face à ANP na Assembleia Nacional, nas listas da União Nacional antes do 25 de Abril, onde se debateu pela liberdade, pela democracia. Recordaria que em 1972 quando houve uma revisão constitucional, ele apresentou um projecto que apontava para uma sociedade

democrática, com eles na altura já vigentes em todo o Ocidente que, não é também demais dizê-lo, teve o apoio apenas e só na Câmara Cooperativa do Prof. Freitas do Amaral, fundador do CDS e hoje Ministro do Governo PS e, da Eng<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintassilgo, infelizmente já falecida. Após o 25 de Abril, a luta dele foi importante também, sempre na defesa da liberdade da democracia, do progresso e do desenvolvimento social, quer contra aqueles que sonhavam com Chile para Portugal, quer com aqueles que queriam tornar Portugal numa Cuba da Europa. Sá Carneiro, já em 1971 numa entrevista ao hoje Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e então jornalista do “República”, se afirmava como social democrata. A social democracia pela qual se debatia, tinha um carácter especificamente nacional e assumimo-lo diferente dos Partidos Sociais Democratas da Internacional Socialista, companheiro do PS. Social democracia, para Sá Carneiro, significava um projecto liberal na concepção da organização do Estado e da Economia, mas sempre acompanhado de uma forte componente social, era isso a Social Democracia Portuguesa. Sempre se debateu por uma economia de mercado. Sá Carneiro teve razão antes do tempo, faleceu em 1980, foi Primeiro Ministro durante um ano, o governo dele foi um bom governo. Viram-se os resultados positivos a nível económico, a nível social em termos de quebra do desemprego, do aumento do poder de compra. Portugal era respeitado a nível Internacional numa altura em que muitos ainda defendiam o Marxismo, com que depois cortaram. Estavam contra a economia de mercado que hoje aceitam e, na altura defendiam a estatização herdada do PREC que era a herança do Gonçalvismo do Plano Económico, essa manteve-se na Constituição de 1976. Sá Carneiro teve razão antes do tempo, de qualquer das maneiras. Em seu entender, Sá Carneiro é património, em princípio do PSD, partido de que foi primeiro líder, mas não só do PSD, é de todos os que no nosso País e não só, amam a liberdade, a democracia, os direitos humanos, a tolerância e estão contra os seus inimigos, contra aqueles que pregam a intolerância, seja política à direita ou à esquerda, quer o fundamentalismo religioso, por exemplo, que é hoje o pior inimigo das liberdades do mundo inteiro a par da extrema direita que está de volta aproveitando as dificuldades da integração Europeia. Terminando o que disse sobre o Dr. Sá Carneiro, colocou ainda uma questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o que hoje o preocupou quando viu na primeira página, no Notícias de Vouzela, que 12 (doze) Escolas do Ensino Básico iriam fechar no nosso Concelho e que o nosso Executivo estaria preocupado com isso. Como ainda não tinha lido a notícia, não sabia o que se passava, mas que gostaria de saber o que efectivamente se estava a passar e o que é que o Executivo Camarário tinha a dizer sobre isso a esta Assembleia.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Começando por saudar todos os presentes, especialmente nas pessoas daquela mesa da Assembleia bem como do Sr. Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, referiu que não ia falar sobre questões doutrinárias ou de liderança, conforme o deputado Manuel Silva falou; iria colocar duas questões em concreto. A primeira tinha a ver com a existência, pela primeira vez na história deste Município, de cinco eleitos a tempo inteiro e a questão que queria colocar ao Sr. Presidente da Câmara era tão simplesmente a seguinte: O que é que objectivamente mudou, para que do mandato anterior para o actual tenhamos passado de quatro eleitos a tempo inteiro para cinco eleitos a tempo inteiro? E depois, quais são os encargos que isso comporta? A segunda questão tem a ver com a obra que está em curso e que, perdoassem-lhe a expressão, constitui a obra do regime da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, nomeadamente em relação ao mandato anterior, que é a Avenida da Ponte e aquele troço da Estrada Nacional 228 que, partindo da

Ponte se dirige para Castro Daire. Começou por ler dois extractos de textos publicados no jornal “O Público” de duas pessoas conceituadas e conhecidas de todos. Primeiro: No dia 18 deste mês escreveu uma Directora Adjunta do Diário de Notícias, a Dra. Helena Garrido: “Os 20 anos de ajuda da União Europeia criaram no País uma preocupante cultura de irracionalidade e irresponsabilidade dos investimentos em infra-estruturas físicas, as rotundas são um dos exemplos mais caricatos.” Isto foi escrito por esta senhora no Diário de Notícias em 18/12, mas há um ano, em 17/12/2004, uma pessoa que é muito querida de muita gente aqui presente, disse isto: “O exemplo da ineficiência do investimento público são as rotundas que nascem como cogumelos em todas as Autarquias. Não existe, no mundo inteiro, um País com mais rotundas por cada mil habitantes.” Se eu perguntar aos presentes quem disse isto, se calhar não sabem, mas quem proferiu estas palavras foi Aníbal Cavaco Silva numa conferência em Oeiras, já lá vai um ano. E isto vem a propósito de quê? Vem a propósito, então, daquela obra que está em curso aqui na nossa terra, que é uma obra esteticamente interessante, mas, conforme já tive oportunidade de escrever, em alguns periódicos da nossa terra, na Gazeta da Beira e no Terras do Baroso, Santa Cruz da Trapa, de eficácia ou eficiência muito duvidosa e a questão que queria colocar era simplesmente esta: Sr. Presidente da Câmara, qual é a lógica, qual é a racionalidade, qual é a justificação que o Sr. Presidente nos dá, especialmente, para a rotunda do Bairro Mira Sul? Não vou dizer que em 500m nós temos 4 rotundas, (este rácio que o Prof. Cavaco Silva calculou para o nosso País, certamente aqui estará deveras ultrapassado), porque em tão curta distância, nós temos de facto, uma concentração de rotundas que é de fazer inveja a Viseu. Mas em Viseu as rotundas que nós vamos encontrando têm alguma lógica, porque foram construídas e servem para regularizar e facilitar a circulação viária em pontos de cruzamento, de conflito viário e onde a densidade do tráfico é, de facto, grande. Em S. Pedro do Sul não se nos afigura isto e muito especialmente na rotunda do Bairro Mira Sul, onde nem tão-pouco temos um cruzamento, temos um entroncamento e o trânsito que desce da Rua do Bairro Mira Sul não me parece tão intenso que justifique o investimento daquela grandeza. Quem fala, é uma pessoa que diariamente passa naquele sítio não 2, mas 4 vezes, o que quer dizer que sou bem conhecedor das dificuldades, ou facilidades, de circulação naquela estrada a caminho de Castro Daire. Portanto, acho que é um investimento que não tem lógica, assim como não têm lógica os apêndices, porque a rotunda não é só rotunda: a obra vem classificada nos documentos que hoje vamos apreciar nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2006, ela vem catalogada como a “Rotunda do Bairro Mira Sul”, mas a rotunda vai para além do simples redondo propriamente dito. Então, agora, a questão que coloco é esta: Sr. Presidente, pode também ajudar-nos a perceber qual é a lógica, conforme disse um amigo meu e colega de profissão que vai e vem todos os dias para Alijó e trabalha em S. Pedro do Sul, daquele separador central com um palmo de largura? Para quê? Para proteger os candeeiros de iluminação pública que estão colocados no centro da via? É para isso? E quando um autocarro estacionar para carregar e descarregar passageiros, quer na ida para Castro Daire, (na saída de S. Pedro) ou na entrada de S. Pedro, como é que vai ser? Os carros que forem atrás do autocarro vão ter de parar atrás dele e ficar à espera que o autocarro se despache e vá embora? Havendo traço contínuo para garantir a segurança (o que deve ser uma preocupação de V<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup> e nossa também) mas havendo necessidade de acautelar a segurança das pessoas, quer transitem quer não transitem, nomeadamente os peões, não poderia ser feito ali um traço contínuo singelo ou duplo que, em caso de emergência, permitisse às pessoas sair da sua faixa de rodagem e passar para a outra? Porque foram rebaixados os lancis nos passeios junto às passadeiras, eu entendo. Entendo que é

para facilitar a circulação das pessoas que tenham maior dificuldade de mobilidade, nomeadamente e eventualmente pessoas em cadeiras de rodas. Lancis cortados, rebaixados, só que depois há um problema, não sei se já repararam que, em frente à oficina Sidónio, há um separador e depois no separador faz uma lombada incrível. Como é que é? Uma pessoa que venha em cadeira de rodas no passeio desce à faixa de rodagem e depois tem que ir dar a volta à rotunda para passar para o outro lado? Falando uma vez mais na ineficácia do separador central, porque é que o mesmo não foi rebaixado até ao chão, até ao piso de circulação dos automóveis? E já agora Sr. Presidente, certamente que também já reparou, pois passa lá todos os dias como eu, que há vários pontos de conflito viário. Eu próprio já tive que parar atrás de um pesado para que de frente, vindo em sentido contrário, outro pesado cruzasse com esse que ia à minha frente. Estou a referir a saída da ponte em direcção ao LIDL (passe a publicidade), logo à saída da ponte. Quem passa daquela faixa de circulação simples e entra na faixa de circulação dupla, não sei se já repararam que aquele lancil está sistematicamente destruído, sistematicamente escangalhado e porquê? Porque os carros pesados, especialmente os articulados, não têm espaço de manobra para procederem à circulação normal e portanto é assim: um camião que venha a subir para a Vila e um vá a descer da Vila em direcção à Ponte, na rotunda abaixo do LIDL, onde há o afunilamento da rua (um estrangulamento), um autocarro, por exemplo, não consegue cruzar com outro, um deles tem que parar. Assim como na rua Bandeira de Melo, logo abaixo dos Bombeiros, a primeira curva onde está a rotunda do LIDL também o lancil está sistematicamente escangalhado, exactamente há ali uma curvatura em 90° que os carros pesados têm dificuldade em manobrar. Coloco esta questão ao Sr. Presidente da Câmara: Porquê? Uma obra que é feita a partir do zero, devia ser devidamente ponderada e quando o Sr. Presidente diz que pensou aquela obra, a projectou e executou num mandato e (disse isso numa entrevista e orgulha-se disso, de facto), se calhar melhor fora que tivesse pensado e realizado a obra mais lentamente para que as coisas se amadurecessem, esses erros não fossem cometidos, as coisas estivessem hoje bem e nós hoje estivéssemos aqui todos a aplaudir. É evidente que há aspectos positivos, não vou agora dizer que a obra está toda mal feita. Não está. Há aspectos positivos e desde logo houve um ganho que foi a possibilidade das pessoas atravessarem o Rio Sul simultaneamente para um e outro lado, mas para tamanho investimento acho que poderia ter sido feito mais e melhor.

- Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Chama a atenção do Sr. Presidente da Assembleia para a questão de não ter sido ainda entregue aos membros desta Assembleia cópia do Regimento.

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Esclarece que era para incluir na ordem de trabalhos de hoje, a criação da comissão, mas entendeu que não devia porque, se pode prolongar demasiado esta sessão ficando para Fevereiro a sua discussão. De qualquer forma o Regimento está em vigor mas, no fim da sessão poder-se-á distribuir cópia aos elementos que não faziam parte do órgão anterior, e que não têm conhecimento do mesmo.

- Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, perguntou qual era a situação do ringue do Pavilhão. Disse que o ringue se iniciou antes das eleições, estiveram a trabalhar nele até às vésperas das eleições, passou o dia das eleições até ao momento, parou. Perguntou ainda ao Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a questão do Jardim-de-infância de S. Pedro do Sul. Esteve a verificar a actividade desenvolvida pela Divisão de Empreitadas e Projectos e constatou que tinha sido elaborado um desenho para o Jardim-de-infância de S. Pedro do Sul,

assim como, o seu projecto de arquitectura. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal qual era a situação do Jardim de Infância, dado que não consta no Plano de Actividades para o ano de 2006 e qual o terreno onde se pretende construir, dado que quando se faz um projecto de arquitectura e um desenho, à partida tem que estar previsto, mais ou menos, qual será o terreno onde se vai construir. Alertou para o facto da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, em Agosto deste ano, ter solicitado à Câmara Municipal a reserva de lugar de estacionamento privativo para a Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul e um outro para o Centro de Emprego, e que a Câmara Municipal, pela mão do Sr. Vereador Dr. Matos, lhe comunicou em Setembro que na situação presente de carência de lugares, não seria aconselhável, à Câmara Municipal a cedência premente de estacionamento às Entidades ou Instituições. No entanto, constatou há poucos dias, a colocação de uma placa de parque de estacionamento privativo, para a Misericórdia de S. Pedro do Sul, na Praça da República e não entendia porquê; provavelmente, a Junta de Freguesia e o Centro de Emprego precisariam até mais do lugar privativo do que propriamente a Misericórdia, dado que tanto o Centro de Emprego como a Junta de Freguesia possuem viaturas que a todo o momento estão a necessitar estacionar perto das instalações e a Misericórdia no local aonde estava a ser, não via qual é a vantagem disso, tanto que normalmente nunca se via lá nenhuma viatura da Misericórdia, mas sim outras. Aproveita ainda para dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que devem rectificar a forma como escrevem as placas, porque Misericórdia está mal escrito, está escrito “Mesiricórdia”, ou seja, a mesma placa tem logo dois erros, de forma que era conveniente alguém dentro da Câmara Municipal rectificar essas coisas antes de virem cá para fora, senão estávamos a ensinar muito mal os nossos jovens.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS): No seguimento do que os Vereadores do Partido Socialista fizeram numa reunião da Câmara, em que pediram que as actas fossem traduzidas na página da Internet da Câmara Municipal, pedia também ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a possibilidade de as actas serem transcritas também no “site” da Câmara Municipal, de forma a mais munícipes poderem ter acesso ao referido documento. Referiu ter três questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, sendo a primeira sobre a água que há uns meses atrás se apresentou com uma cor castanha durante um fim-de-semana inteiro e mais tarde houve uma reincidência. Perguntou a que se deveu aquela cor escura da água, se o problema foi identificado e qual a solução que foi dada. É seguro hoje bebermos água pública? Acredita que sim, mas queria ouvir o Sr. Presidente. O segundo ponto era relativamente ao Cine-Teatro. No Boletim Municipal de Agosto de 2005 vinha a seguinte notícia que passou a citar: “O Cine-Teatro de S. Pedro do Sul é um equipamento que todos os Sampedrenses vão poder usufruir a partir de Dezembro.” Se o Boletim remetia a Agosto 2005 o Dezembro que ali se fala é de 2005, atendendo que faltavam oito dias para acabar o Dezembro e Cine-Teatro nada e, estando jovens e demais pessoas interessadas, privadas desta Instituição, perguntou para quando o Cine-Teatro de S. Pedro do Sul, uma vez que foi prometido para Dezembro 2005 e não foi cumprido. O último tema que ali o trazia era o Estádio Municipal da Pedreira. Disse que era um acérrimo defensor da construção do novo Estádio Municipal, provavelmente por estar ligado profissionalmente ao desporto e por sempre ter sido uma pessoa muito activa naquela área contudo, preocupava-o o que se estava a passar actualmente na referida obra. Indo a factos e, de novo se socorria do Boletim Municipal de Agosto de 2005 que diz textualmente: “As obras de relvamento estarão concluídas durante o mês de Outubro, de modo a possibilitar os campeonatos que se avizinham, nomeadamente os campeonatos da UDS que ascendeu aos Nacionais de Futebol.” O que era certo é que Outubro já lá vai e os

campeonatos já vão bastantes adiantados. Porque não se falou verdade e se previa com mais rigor a data de conclusão do relvado? Aí advém a crise que neste momento passa a Instituição, União Desportiva Sampedrense, que através do seu ex-Presidente, que entretanto se demitiu em virtude de tudo isto, veio afirmar o incumprimento da Câmara Municipal nas datas estabelecidas e com manifestos prejuízos para a colectividade, isto porque acarreta muito mais despesas de transporte, pois andam com a casa às costas, uma vez que andam a utilizar as instalações do Vilamaiorense e do Santacruzense e, acima de tudo, menos receitas porque uma vez que o bar e as publicidades já não existem porque não há Estádio. Parte das receitas são inexistentes devido às obras estarem atrasadas. Por isso, em sua opinião, foi iludida aquela colectividade. Sr. Presidente para quando a conclusão das obras, tentando assim remediar as dificuldades criadas às colectividades que utilizam o Estádio Municipal da Pedreira? Será que ainda temos desporto esta temporada no novo Complexo?

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que deixava ficar para o fim o assunto sobre o fecho das Escolas e sobre o Cine-Teatro, porque o Vereador do Pelouro da Cultura e da Educação, iria dar uma explicação mais precisa. Em relação às intervenções começaria por responder ao Dr. Ferreira Gomes, que levantou a questão dos quatro eleitos a tempo inteiro. Isso era uma opção, proposta do Presidente e da Câmara Municipal e entendeu que, ao contrário do anterior mandato, onde já havia possibilidade de haver quatro vereadores a tempo inteiro, neste mandato o Pelouro da Cultura e da Acção Social deveriam estar separados e não ter um vereador que assumisse ao mesmo tempo este Pelouro e o Pelouro das Obras, principalmente a Educação que está em tempo de evolução e diremos mesmo revolução, com a questão do fecho das Escolas e da criação dos pólos. Já tinha dado exemplos de Câmaras vizinhas, bem geridas e com muita eficácia, devia reconhecer, por exemplo a de Vouzela, com um terço do orçamento, não chegava a metade, tinha três vereadores a tempo inteiro e um a meio tempo. Nós temos a mais só meio tempo e um vereador que faz parte do Conselho da Administração das Termas e terá que dedicar a quase totalidade do tempo a um sector que factura um milhão de contos e que é importantíssimo para o Turismo do nosso Concelho. Era uma questão de opção que assumia. Não tinha nada a esconder, assumia publicamente, o povo julgaria. Em relação à Avenida da Ponte pode ser analisada de várias formas, pode-se dizer que antigamente estava melhor, mais valia estar quieto. Há outros que entendem ter uma grande relevância. É evidente que erros todas as obras têm, e acrescentou que estava ali para debater alguns erros pontuais que possam acontecer. Se tivemos tantos anos a transitar naquelas dificuldades, porque tinham medo de cometer algum erro, a melhor maneira de não cometer o erro, era deixar estar como estava. Não entendia assim, embora assumisse que pudesse haver alguns erros pontuais, mas o global da obra tem pontos positivos. Referiu que aquela obra e a da rotunda do Bairro Mira Sul, foram obras iniciadas e algumas fases concluídas antes das eleições. Foi do agrado da maioria, assim se revelou naquilo que era a forma mais universal até hoje encontrada, a melhor sondagem à população que é através do voto. A maioria concorda com aquelas obras, acha que há um benefício, inclusivamente nas rotundas, agora não ia discutir, que não era técnico, as vantagens e desvantagens das rotundas. Estava estabelecido em termos comuns que era o melhor regulador de tráfego. Lembrou uma que foi muito reivindicada, a do Intermarché, que não é um cruzamento é um entroncamento e que devido a muitos acidentes que aí aconteceram, a população reivindicou. As outras não ia discutir, na sua opinião pensa que foi a melhor solução, poderia haver outra, não foram implementadas todas no seu tempo, por quem o poderia ter feito noutra altura, e teve oportunidade, mas não o fez. Em relação ao separador central, destina-se à

colocação de iluminação. A dimensão que ele tem é um ponto discutível, não é original. Apontou o exemplo da última avenida que foi feita em Viseu, que é precisamente a que vai desde a rotunda da Abraveses até ao fundo da localidade: tem aquela dimensão. Há pessoas que concordarão, outras não, mas não há aqui nenhuma originalidade em relação a isso são opções técnicas de quem elabora os projectos. É evidente que depois há a opinião da parte política, nomeadamente da Autarquia, mas que eu concordo perfeitamente. Em relação aos autocarros é óbvio que está prevista a paragem, porque houve ali a preocupação, se repararem, de aumentar a comodidade do tráfego ascendente como descendente, criar passeios com a dimensão suficiente para as pessoas se sentirem à vontade e ainda a criação de estacionamento e paragem do autocarro. O autocarro irá aproveitar o estacionamento, ficará reservado uma zona, à semelhança do que acontece com os autocarros dentro das cidades, onde ele fará o desvio, não incomodando minimamente o trânsito. Passando agora ao Sr. Deputado Victor Figueiredo, levantou a questão do ringue do Pavilhão. É uma obra que neste momento está parada. Iniciou-se antes das eleições. A obra encontra-se dentro do prazo previsto, quando mais depressa for feita melhor, agora esta situação de ter andado mais rápido antes das eleições é óbvio que se compreende porquê. Eu também diria ao Sr. Presidente da Junta que antes das eleições fazia transporte da população, e muito bem, gratuitamente para a Vila, depois deixou de o fazer. Em relação ao Jardim-de-infância de S. Pedro do Sul há uma questão que tem que ser reformulada, mas o Vereador da Educação que tem estado a trabalhar concretamente neste ponto poderá dar uma explicação mais precisa. Quanto ao parque privativo de estacionamento da Misericórdia de S. Pedro do Sul, aquele estacionamento destina-se à Capela de Santo António. Acredita que seja, não dirá polémico, mas que possa haver vários entendimentos sobre isso. Já lá constou em outros tempos e foi retirado. A Misericórdia veio pedir a recolocação porque se trata, não das instalações da Misericórdia, mas da Capela de Santo António que pertence à Misericórdia. Acredita que seja um assunto controverso, mas foi opção feita pela Câmara Municipal. Em relação ao facto de não estar Misericórdia e estar “Mesiricórdia”, a única coisa que pode dizer é que, é obrigatório todos os funcionários da Câmara Municipal terem no mínimo a 4ª Classe, sendo assim, tenhamos “Mesiricórdia” da nossa educação, o quê que se há-de fazer! Em relação à água, é óbvio que garantir, se está ou não em boas condições, compete à autoridade sanitária. Nunca a autoridade sanitária iria permitir, nem a Câmara iria desobedecer às indicações dessa autoridade. A água castanha apareceu na altura das primeiras chuvas e não foi só em S. Pedro do Sul, aconteceu em todo o País, derivado à grande calamidade dos incêndios. As primeiras chuvas arrastam material orgânico que vem dar esta coloração, mas nunca esteve em causa a qualidade bacteriológica da água. Referi na altura aos órgãos de comunicação social que, quando a autoridade sanitária entendesse que ela não estava própria, a Câmara automaticamente, houvesse os prejuízos que houvesse para o consumidor, teria que assegurar que não iria ser consumida nessas condições. O Estádio Municipal é uma obra que, como outras, está dependente das condições climáticas. Houve um atraso. Penso que seria de estranhar, e isso não é só em S. Pedro do Sul é em qualquer parte do País, todos temos essa percepção que se, se cumprisse o prazo estabelecido, aí é que seria a estranheza. Em relação ao relvamento foi um pouco retardado por causa da colocação do tapete e houve um período em que a chuva não o deixou colocar. De qualquer modo penso que o atraso não será muito substancial, porque a relva já lá está, vai ser colocada na segunda-feira, serão mais dez a quinze dias e as equipas, nomeadamente o Sampedrense, que é quem mais utiliza, em meados de Janeiro já poderá utilizar aquele espaço. A crise do Sampedrense. Não conheço que haja crise no Sampedrense,

pois continua a competir como todas as equipas. O facto de não estar a actuar no seu estádio, na Pedreira, traz alguns problemas em termos logísticos e de despesas. A Câmara Municipal desde início que se comprometeu que daria algum apoio em termos, nomeadamente transportes e da compensação pelo facto de não ter receitas. Obviamente a Câmara Municipal não tem intenção que o Sampedrense saia prejudicado, como nenhuma outra equipa do Concelho. A questão do Cine-Teatro, o Vereador da Cultura irá falar sobre isso.

- Sr. Vereador Rogério Duarte, com a anuência do Sr. Presidente da Câmara Municipal: Cumprimentando todos os presente, referiu ser um prazer estar ali, pela primeira vez e, relativamente à notícia que o Sr. Manuel Silva viu anunciada no Jornal Notícias de Vouzela, prende-se com o facto da pretensão do actual Governo reorganizar a rede escolar do 1º ciclo. O Ministério da Educação classificou as escolas com dois tipos: as escolas com menos de 20 alunos e com uma taxa de sucesso escolar inferior a 89% classificou-as de escola alvo tipo 1. As escolas com menos de 10 alunos classificaram como escolas alvo tipo 2. É pretensão do Governo suspender todas as escolas, que a nível nacional são 1814, já no próximo ano que vem. Fomos convocados para uma reunião onde estiveram presentes os Presidentes dos dois Agrupamentos de Escolas, de S. Pedro do Sul e Santa Cruz da Trapa, o Sr. Coordenador da Área Educativa de Viseu, Dr. Adelino Aido, no sentido de conversarmos e trocarmos algumas impressões relativamente à suspensão das escolas. Portanto se não havia nada a fazer, estava tudo feito e, nessa reunião disse se as escolas têm que fechar, paciência; teremos que articular a forma de assegurarmos a presença dos alunos nas escolas. Entretanto, foi surpreendido com um telefonema, no sentido de concordar ou discordar com o encerramento das escolas, portanto um parecer da Câmara Municipal, mas isso não foi equacionado, pois se a administração central quer fechar as escolas, que as feche. A nossa posição foi muito clara, porquê? Porque, como é do conhecimento de todos, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, já há alguns anos a esta parte, tem assegurado os transportes das crianças, tem assegurado a alimentação nas aldeias, nas localidades onde as pessoas o pretendiam, aderiu e está em funcionamento o programa de generalização do ensino do Inglês para os 3º e 4º anos do 1º Ciclo, tem feito oferta pedagógica do “Animar a Escola” nas áreas de expressão musical e dramática, na expressão motora, adaptação ao meio aquático e bibliomóvel. Tem também inclusive assegurado a manutenção dos edifícios. São edifícios já bastante antigos, com cerca de 60 anos e, alguns já bastante degradados, mas tem vindo a intervir no sentido de garantir a segurança física dos seus utilizadores. Perante este cenário, entendeu o Executivo que não é pura e simplesmente o facto de deslocarmos as crianças, de um grupo de 2 ou 3 crianças, e aproximá-las para um grupo maior, para um escola com 10 ou 11 alunos, que tenham melhor resultados e, para que não se cometam os erros que há pouco o Sr. Victor Figueiredo referiu, que de facto são de bradar aos céus, mas já vi aí outros e noutras freguesias também, mas enfim errar é humano, mas temos que tentar evitar estes erros, pois são maus exemplos, como foi referido. Perante este cenário a nossa posição foi desfavorável ao encerramento das escolas, não achámos benefício imediato, desde que o Poder Central não nos requalifique o nosso parque. E o que é que nós pretendemos? Nós pretendemos a criação de 3 ou 4 pólos escolares com todas as condições. Entendemos que não é só solução passar só pelo juntar as crianças nas escolas, nestes edifícios como já referi há bocadinho, com perto de 60 anos. Não há volta a dar, os edifícios estão completamente degradados, os materiais estão obsoletos, as crianças ainda aprendem a pesar naquela balança que nós também aprendemos e que hoje já não existem. Isso já faz parte da História! Os mapas estão desactualizados, enfim é tudo um conjunto de situações degradadas porque infelizmente o

1º Ciclo tem sido o “parente pobre” da Educação. Mas nós discordamos em absoluto com o encerramento das escolas e eu pedi, na presença do Sr. Presidente da Câmara, numa reunião havida aqui neste edifício com o Sr. Director Regional, um documento escrito onde o Ministério assumisse o encerramento das escolas e esse documento está aqui na minha mão e eu vou passar a lê-lo: “Suspensão de estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico. Em complemento da conversa havida venho reafirmar que na persecução do programa da requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, a responsabilidade da suspensão de escolas incumbe ao Ministério da Educação.” Está aqui claro, a responsabilidade é pura e simplesmente do Ministério da Educação e não da Câmara Municipal. Eu já dei conhecimento a todos os Srs. Presidentes de Junta: estão aqui presentes, podem confirmar, tive o cuidado de visitá-los e transmitir-lhes esta informação pessoalmente, só houve uma pessoa que não consegui contactar pessoalmente, que foi o Prof. Mouro e telefonei-lhe, tive esse cuidado, transmiti a todos os Presidentes de Junta, já são conhecedores disso, vão ter conhecimento pela minha pessoa e não pela comunicação social, por uma questão de ética e por uma questão de respeito pelas pessoas que são eleitas pelo povo e que estão aqui a representar o povo. É uma questão que eu cultivo muito o respeito pelas pessoas. Entretanto, posso dar-vos já conhecimento quais são as escolas que estão sinalizadas para suspensão já no próximo ano lectivo: a escola de Candal, Outeiro, Ladreda, Rio de Mel, Sobral, Amieiros nº1, S. Martinho das Moitas, Sequeiros, Aldeia, Pesos, Baiões e Pedreira de Valadares. Devem algumas pessoas estar a pensar porque é que, no Agrupamento de Santa Cruz da Trapa, só está sinalizada uma escola para encerrar. Pelo simples facto do Agrupamento ter entendido que não haveria benefício algum com a suspensão das escolas que tinham sido sinalizadas pelo Ministério, porquê? Porque as crianças iam ser deslocadas para outras escolas e iam integrar turmas com os quatro anos de escolaridade. Portanto, ali não haveria benefício pedagógico, ao contrário daquilo que se passa aqui no Agrupamento de S. Pedro do Sul. Aqui já não vai acontecer isso: todas as crianças que vão ser transferidas, nas escolas acolhedoras têm pelo menos 2 salas a funcionar e elas vão ser integradas numa turma em que, no máximo, haverá dois anos de escolaridade. Isso é benefício pedagógico para as escolas e, há aqui muitos professores que sabem perfeitamente isso. Esse será o único benefício nesta primeira medida. Mas a pretensão deste Executivo é avançar para esses pólos escolares em que seja oferecida às crianças, para além da parte cognitiva, outro tipo de ofertas, nomeadamente na vertente artística, na vertente da expressão motora. Pretendemos que sejam criados pólos com, para além das tradicionais salas de aulas, um mini-auditório, uma biblioteca com condições, um refeitório com condições, com cozinha como é evidente, espaços para salas para informática e outro tipo de equipamento, nomeadamente uma sala de SAP, que é Serviço de Atendimento Permanente, para prestar cuidados primários a nível de higiene íntima, nomeadamente às crianças que são portadores de deficiência que por vezes são dependentes de fralda e, nas escolas tal como elas estão, mudam-lhes a fralda mas não as podem lavar e isso é muito mau para as crianças. Nós não vamos de facto dar qualidade se não avançarmos para esse tipo de edifícios. Sublinhou ainda a seguinte situação: Estas duas propostas foram apresentadas pelos agrupamentos, uma do Agrupamento de S. Pedro do Sul a outra do Agrupamento de Santa Cruz da Trapa. A deslocação das crianças também será sugerida pelos agrupamentos, porque pensamos que são as pessoas que estão mais habilitadas a fazer essa proposta, porque isso não é do domínio administrativo, mas é do domínio pedagógico. Em seu entender, os professores, mais que ninguém saberão qual será o caminho a dar a essas crianças. Relativamente à questão das obras do Cine-Teatro, deparou com esta situação: Estava

adjudicado o equipamento de maquinaria cénica para o Cine-Teatro. Não sei quem pediu o orçamento, porque isto é já uma questão antiga e, o que é que aconteceu? Faltava a teia, eu não sei se os Srs. Deputados sabem o que é a teia, a teia é um gradil que vai suportar toda a maquinaria cénica. Como é que se vai adjudicar um equipamento sem haver suporte físico para ele? Deparei-me com aquele cenário e disse assim: Não é possível. Pediu-se um orçamento e, falando em contos, andava à volta de dezassete mil contos. Perante este valor socorri-me de pessoas que estão ligadas ao teatro, nomeadamente a pessoa responsável pelo Teatro Viriato. Fiz uma visita, perguntei onde foi feita a teia e qual o seu custo, tendo-me sido dito que foi feito em Viseu e o custo andou à volta de cinco mil contos. Perante isto, e porque eu não vou brincar com o dinheiro dos Sampedrenses, estamos a falar de doze mil contos. Entretanto contactei o Sr. José Rui, do teatro Acert que fez o favor de vir aqui, tivemos uma conversa, também me falou que a teia do teatro Acert teria rondado cinco mil contos. E então eu confirmei, fiquei convicto e disse: não vou dar de mão beijada doze mil contos. Com eles faço muita coisa. Essa é a razão pela qual o Cine-Teatro não abriu em Dezembro. Sou eu o responsável por isso, não o Sr. Presidente da Câmara. Assumo-o aqui, porque estamos a falar de doze mil contos, repito, e nós não somos ricos para andarmos a esbanjar. Quem esperou tanto tempo, penso que pode esperar mais um mês. Ainda ontem contactei o engenheiro da empresa a quem foi adjudicada a instalação da teia e, ele garantiu-me que nas primeiras semanas de Janeiro tem as obras concluídas. O resto é muito simples: as cadeiras estão compradas, a empresa está pronta para as instalar. Não ter sido inaugurado em Dezembro, assume aqui publicamente a inteira responsabilidade. Relativamente à questão do Jardim-de-infância, perspectivando-se então a criação dos tais grandes pólos escolares, está-se a equacionar a hipótese do 1º ciclo também partilhar estes equipamentos. Ao pensarmos num projecto tão arrojado, como temos em mente, temos que ter todo o cuidado para que os passos sejam bem dados e, se calhar, é pertinente o Jardim de Infância estar anexo, fazer parte do mesmo espaço físico do 1º ciclo, para haver pelo menos, uma partilha dos equipamentos que estão pensados ser instalados. É só este o facto.

- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou, uma vez que as intervenções do período de antes da ordem do dia tinham terminado e sendo já segundas intervenções, fossem mais rápidas, passando a palavra ao Dr. Ferreira Gomes.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Referiu que se congratulava com a explicação do Prof. Rogério Duarte, achando que assim é que deve ser, devagar e bem e não depressa e mal. No fundo, vem dar razão à sua intervenção sobre a obra da Ponte. Se ele conseguir poupar ao erário público doze mil contos, se calhar, já começa a justificar o seu lugar nesta casa a tempo inteiro, mas o futuro o dirá. Agora o Sr. Presidente há pouco disse que, era ele mais quatro Vereadores. Eu não falei em quatro Vereadores, eu falei em cinco eleitos e a verdade é que a explicação que o Sr. Presidente deu não me satisfaz, por uma razão muito simples: é que nós sabemos que existem outras Câmaras de maior dimensão que têm menos eleitos a tempo inteiro e, quando se faz a comparação com o vizinho concelho de Vouzela, é nivelar ou é comparar com aquilo que não é comparável. Acho que devemos pegar é nos bons exemplos, nomeadamente nos termos de poupança de dinheiros em tempo de “vacas magras”, como são estes que nós vivemos a nível nacional, a nível geral, europeu, mundial até, atenta a crise económica que a todos afecta. Em nome da verdade e do esclarecimento absoluto gostaria de dizer aqui uma coisa. O Sr. Presidente disse que não ia discutir as vantagens ou desvantagens das rotundas, “é uma questão técnica”. É evidente que quem faz o projecto no papel são os técnicos, mas a responsabilidade da execução é dos eleitos e da Câmara Municipal, é do

Executivo e, muito mal andaré o Sr. Presidente da Câmara e a respectiva equipa, quando diz que não discute as vantagens e desvantagens, é que tem que as discutir mesmo. Aí é que está a razão de ser dos eleitos. Acho que as pessoas se devem preocupar em discutir as vantagens e desvantagens, os prós e os contras, isso tem que ser discutido com os técnicos. Segunda questão: a rotunda do Intermarché é um entroncamento, disse o Sr. Presidente. Sr. Presidente eu sou um recém habilitado, em termos de motociclo, e tive que fazer treinos para fazer exame de condução de motociclos e, acredite que alguns dos treinos a que fui submetido por distintos professores de condução aqui da nossa terra, foram exactamente naquela área da rotunda do Intermarché e, tanto quanto eu sei, a rotunda está num cruzamento, portanto não é um entroncamento e choca-me que o Sr. Presidente diga que é um entroncamento pelo seguinte: É que já lá vão uns anos largos em que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> aprovou na Câmara, da qual eu fiz parte e de que também era Vereador a tempo inteiro, um projecto que previa uma rua com faixa dupla separador central, mas com faixa dupla em cada sentido a ligar a estrada de Anciães ao espaço da ex-linha do comboio e a cruzar com a E.N.16 exactamente junto ao Intermarché e, naquele sítio foi prevista exactamente a rotunda que lá está, obedeceu a esse projecto aprovado por V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> e proposto pelo Partido Socialista, quando este governava o Concelho. Tanto mais que há edifícios ali na área recentemente construídos, cuja implantação já obedeceu exactamente a essa Avenida que há-de nascer. Ela está no papel, está aprovada e o Sr. Presidente da Câmara conhece-a de certeza. Depois diz que o separador central de Abraveses é igual, por acaso é um bocadinho mais largo, mas Sr. Presidente há uma diferença muito grande, a estrada de Abraveses, Nacional nº2, tem faixa dupla e o separador central justifica-se exactamente quando há faixa dupla em cada um dos sentidos, o que não é o caso da nossa 228, uma faixa singela para cada lado. Vai ser um troço de empata. É evidente que os passeios têm dimensões satisfatórias, suficientes, são consideráveis. Sr. Presidente, e quando o nosso Vereador do trânsito lá colocar um abrigo para os passageiros de transportes públicos como é que é? Essas cabines vão ser colocadas onde? Em cima do passeio? Então o passeio deixa de ser suficiente para os peões para ser insuficiente.

- Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Primeiro de tudo era para dizer que gostou da primeira intervenção do Prof. Rogério. No que diz respeito à intervenção do Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: sobre o ringue do Pavilhão, eu já sabia que aquilo tinha sido uma obra por causa das eleições, só que o que acontece é que hoje o Presidente da Câmara disse aqui para todos ouvirmos, que efectivamente foi por esse motivo e tanto é que na segunda-feira seguinte desapareceram logo todos os equipamentos e mais nada se fez no que diz respeito àquilo. Queria dizer mais o seguinte, é que o Sr. Presidente mentiu hoje aqui, quando disse que a Junta de Freguesia, logo também a seguir às eleições, deixou de fazer transporte de pessoas. Acontece que é mesmo mentira porque ainda ontem foram transportadas pessoas e neste momento ainda se está a usufruir desse serviço e, afirmou que esse serviço não começou antes das eleições, mas começou muito antes do início do Verão. Depois, sobre a questão da placa que foi colocada para a Misericórdia, afirmou não ser contra a placa, mas o que também queria era uma para a Junta de Freguesia e outra para o Centro de Emprego, porque a resposta que me deram é que era assim: "não nos parece aconselhável a cedência permanente de estacionamento às Entidades e Instituições", e a verdade é que passados poucos meses, à Misericórdia concederam um lugar num local privilegiado, a Praça da República, que é um sítio onde há mais problemas de estacionamento. Ao pé da Junta de Freguesia e do Centro de Emprego, onde ainda existem alguns estacionamentos, não foi

concedido. Não houve dualidade de critérios: para a Misericórdia deu-se tudo o que foi pedido e para a Junta de Freguesia e Centro de Emprego não houve nada.

- Sr<sup>a</sup> Deputada Municipal Sónia Maria da Rocha Cela (PS): Depois de saudar todos os presentes disse: Vim aqui por uma simples razão, porque o Sr. Vereador falou que a escola de Rio de Mel ia fechar. Como todos sabem eu sou de Rio de Mel e isso preocupa-me muito. Já sabia da situação e por isso eu e a mãe de duas crianças que andam lá, contactámos o Ministério da Educação e também mandámos uma carta para a Câmara. A Câmara respondeu-nos como o Vereador Prof. Rogério disse. O Ministério da Educação respondeu-nos de outra forma que foi que, o fecho das escolas era da total responsabilidade das Autarquias Locais, o que me preocupa muito visto que contradiz o que diz ali o Sr. Vereador, mas acredito. Sou a favor dos pólos, de se criarem todas as condições necessárias para que haja conforto nas nossas crianças. Eu sou de Rio de Mel e preocupa-me muito o transporte das crianças visto que andei 8 anos a estudar em S. Pedro do Sul, a partir do 5º ano o meu transporte era feito pela Empresa Guedes, apanhava chuva no autocarro, apanhava frio, apanhava tudo e mais alguma coisa. É assim: crianças que têm 5,6,7 e 8 anos é muito difícil, como eu que me levantava às 06h00 da manhã para vir para a escola, que aproveitamentos terão essas crianças? Depende onde ficará situado o pólo. A Câmara tem que pensar um pouco nisso, porque é muito difícil para uma mãe, ou quem estiver a tomar conta de crianças, virar-se para ela e dizer “filho tens que te levantar! Mãe, é tão cedo, são 06h30 da manhã”. De Inverno há geada, há gelo, há autocarros que avariaram, a estrada que não é nada fácil de Pindelo para Rio de Mel. Acho que a Câmara deve ter isso em consideração visto que, não se pode fazer se calhar nada para fechar a escola, mas pelo menos dar as melhores condições às nossas crianças que elas são o nosso futuro.

- Sr. Deputado Municipal Luís Rocha (PSD) Disse: em primeiro lugar e em nome do Grupo Parlamentar desejou Boas Festas e Feliz Ano Novo a todos os membros da Assembleia. Em segundo lugar foi agora uma notícia que o Vereador Rogério deu e que fiquei altamente entristecido. Foi o facto de dizer que ia ser extinta a escola de Baiões. A escola de Baiões era uma escola que tinha um edifício paupérrimo, onde hoje se encontra a Junta de Freguesia. Posteriormente, dois benfeitores pai e filho, o Sr. Américo Marques de Oliveira e seu filho Augusto Marques de Oliveira, fizeram o edifício da escola primária com o seu próprio dinheiro. Mais tarde construíram uma cantina que está devidamente equipada. Afirmou ter sido um dos cabouqueiros também que intercedeu nesse sentido. Posteriormente a sua nora, D. Maria de Lurdes, esposa do Sr. Augusto, construiu a expensas dela, o Jardim-de-infância. Mais tarde deixaram uma verba em títulos FIP, para apoiar em géneros alimentícios todas as crianças que estudavam em Baiões. Esse dinheiro ainda existe e, agora vai reverter para quem? Esses títulos FIP depois foram sorteados e depois ainda foram reforçados a partir do sorteio. Eu gostava de alertar para esta questão, porque esse dinheiro existe e que seja para as crianças de Baiões.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Silva (PSD): Começou por dizer, em relação ao fecho da escola de Rio de Mel que, ou a resposta que foi dada à Sra Deputada do PS ou à Câmara, uma delas é falsa. É mais uma mentira do Governo. Já não admira que este Governo diga mais uma mentira, já disse tantas! Sobre os impostos que não aumentavam e aumentaram e tantas outras, mas adiante. A derrota que o Governo recebeu nas Eleições Autárquicas e a que o seu candidato receberá nas Presidenciais, é resposta do povo português. Prosseguindo com questões da nossa terra e, recuando 15 anos a factos passados nesta sala em 1990 e já agora, eram seus colegas também de Assembleia o Prof. José Luís Campos e o Prof. Tavares, que há pouco não referiu e pede desculpa, e com quem tem gosto de trabalhar novamente. É que há 15 anos nesta sala, era o

Dr. Ferreira Gomes da direcção do Grupo Parlamentar do PS e, se a memória não me falha, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva, eu fazia parte do Grupo Parlamentar do PSD e, nessa altura estava o PS na Câmara com maioria absoluta, o Sr. Augusto Machado era Vereador, foi deliberado aqui pela Assembleia Municipal adquirir o Cine-Teatro, aquele edifício que entretanto tinha sido comprado por uma sociedade. Depois a Câmara da altura, “deu a volta” passo a expressão, a vários Presidentes de Junta do PSD, não importa os nomes creio que até alguns já faleceram, que com os Presidentes de Junta do PS pedem uma nova Assembleia para anular essa decisão e, eu e aqueles militantes do PSD que não éramos Presidentes de Junta, porque aqueles que eram Presidentes de Junta na altura todos ou quase todos deram o dito por não dito, porque estavam com medo que naquele ano de 1990 o dinheiro que era para comprar o Cine-Teatro não desse para fazer obras na sua terra, quando não era isso que estava em causa. Ninguém queria que aquele edifício fosse comprado em 1990, podia ser no ano seguinte em 1991 e a verba ser integrada no Plano de Actividades do ano seguinte. Nessa altura veio a esta Assembleia fazer figura de “D. Quixote” mas apenas para dizer que havia no PSD quem obstasse a isso, dado que a maioria dos nossos Presidentes de Junta não obstou. Se nessa altura a Câmara tivesse adquirido o Cine-Teatro, de certeza que hoje não estaríamos a passar por estes problemas e teríamos ali cinema, e teatro, portanto as culpas vêm daí, de há 15 anos. Já agora e, recuando ainda 15 anos no tempo, quando o PS estava na Câmara e foi construída ali a Biblioteca, não sei se toda a gente tem presente, que no projecto inicial a Biblioteca ia até ali abaixo, junto de um poste em frente ao Dr. Gralheiro. O PSD contestou isso e a Câmara PS, o que dizia na altura, é que eram decisões dos técnicos a respeitar. Como o Dr. Ferreira Gomes, pode verificar, 15 anos depois vem dar-nos razão. Afinal as decisões são políticas não são técnicas e na altura só não tivemos um “mamarracho”, que não merecia outro nome, até ali à direcção do Dr. Jaime Gralheiro, porque o PSD “trabalhou” em Lisboa junto do IPAR e este não deixou, porque pela Câmara com maioria socialista na altura, esse “mamarracho” tinha sido feito. O Sr. Victor Figueiredo que nesse tempo, não sabe se se recorda, mas aviva-lhe a memória, ainda era militante do PSD mas já era apoiante da Câmara socialista, estaria a preparar-se para a mudança que fez daí a uns anos, disse que se fosse ele Presidente da Câmara, era feito e era mesmo.

- Sr. Deputado Municipal António Alberto da Silva Almeida (PSD): Como foi aqui falado de circulação rodoviária e eu como há muitos anos lido com circulação rodoviária, venho aqui simplesmente para esclarecer o seguinte: as zonas de conflito na via pública são os cruzamentos, entroncamentos e as rotundas. Terão ou não prioridade conforme regra geral, ou sinalização existente. Os entroncamentos serão bifurcações, os cruzamentos serão duas estradas, as rotundas, não são cruzamentos, são configurações rodoviárias com via única de volta da rotunda, quando sinalizada, porque quando estiver num cruzamento ou mais vias, poderão ser quatro ou cinco vias, porque uma das vias pode não ter prolongamento, e não haja sinalização vertical de regulamentação de obrigação, sentido obrigatório giratório é essa sinalização que vai dar o nome à rotunda. Todos os veículos que circularem dentro da rotunda passarão a ter prioridade pela simples razão de escoamento. A aproximação a estas configurações deve ser feita progressivamente e atendendo às características da via. Portanto, era só para chamar a atenção a estas particularidades do tema. Também queria aqui emendar que os transportes públicos não carregam nem descarregam, largam e recebem passageiros.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Queria dizer ao Dr. Ferreira Gomes, que aqui está a razão pela qual disse que não discutíamos as rotundas, porque ao fim ao cabo somos dois ignorantes,

perante a intervenção anterior. Deixemos as questões técnicas para os técnicos. Está ali a gravação, que depois pode ser audível em que eu afirmei que havia questões técnicas, que depois eram sufragadas pelos Vereadores e pelo Presidente. Entendo que o melhor factor para regular o trânsito em zonas de conflito são as rotundas, embora também não concorde que se comece a semear por tudo quanto é sítio. A do Intermarché nasceu na altura, eu penso que por exigência da população e pelos acidentes que ali se davam. Quem mora no Bairro Mira Sul sabe e eu sou testemunha dos vários acidentes que ali se deram. As rotundas evitam muitos acidentes nestas zonas de conflito e portanto são opções técnicas, obviamente sufragadas pela parte política. Em relação às obras que decorrem, eu não queria regressar atrás, nem sequer estar a fazer aqui grande alarido porque, à voz do povo eles já julgaram e agora não falo sequer nas eleições; julgaram a obra da ponte quando da inauguração com a sua presença e sentiu-se mesmo que foi uma obra, que independentemente de haver outras opções, veio resolver o problema de trânsito. Já na altura se dizia que não passava um camião por outro, que a ponte antiga ia ser utilizada para uma outra via e, digo ao Dr. Ferreira Gomes para aguardarmos pela conclusão da avenida que está a ser levada a cabo e depois julgamos. Não nos precipitemos a analisar com a ânsia de apontar defeitos que poderão, mais tarde, chegar à conclusão que não existem. Portanto daqui a uns tempos falaremos sobre essa. Em relação ao projecto que falou do Intermarché é óbvio que poderia haver esse projecto, podia estar na mente das pessoas o que é certo é que não existe. O traçado não está feito, não há projecto nem sequer a negociação com o dono da quinta que está a seguir. O que houve na altura e, foi um assunto que até acompanhámos os dois quando o Moreira & Rodrigues propôs à Câmara Municipal a construção daquele edifício. Estava projectada uma via com dois sentidos que na altura foi chumbada na Câmara Municipal, porque se exigia que tivesse quatro faixas.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Esclarece que o projecto que existe e que foi aprovado, por unanimidade, pelos sete de então, prevê a ligação da estrada de Anciães, onde existe já um esboço de derivação para jusante e, daí partiria uma avenida, uma circular interna que iria ligar à antiga ferrovia, passando pela Rua da Misericórdia, cruzando a E.N.16 onde está a rotunda, cruzando a estrada velha de Drizes e depois ligando ao estradão de Drizes.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que, como se falou da rotunda do Intermarché, pensou que se estava a falar do seguimento para baixo e não para a avenida.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Continuando, diz que é um projecto global e que a questão que envolve a firma Moreira & Rodrigues é uma questão que ficou pendente no seu tempo, que depois esta Câmara terá negociado. Ele na altura colocou algumas condições, em termos de construção para aquele espaço e, nós achámos que tudo aquilo que eles queriam não cabia lá, atento exactamente a existência desse projecto já aprovado, com faixa dupla, separador central e estacionamento de um e outro lado em espinha.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que o que havia não era o projecto, o que havia era a deliberação dela se vir a executar naquele sentido, mas o projecto em si não existe até porque, nem sequer houve negociação com os proprietários. Na altura e recuando um pouco, quando o Dr. Ferreira Gomes era Vereador do Pelouro do Urbanismo, aquele projecto foi submetido à apreciação da Câmara. Entendeu-se que duas faixas não eram suficientes e eram necessárias quatro faixas. Na altura em que foi apresentado no projecto, constavam duas faixas e houve a exigência por parte da Câmara Municipal que fossem as quatro faixas. Mas isso não é o

projecto da Câmara Municipal, era a aprovação daquele edifício que contemplava a execução dessas quatro faixas.

- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Chegando à mesa dois pedidos de intervenção, do Sr. Victor Figueiredo e Sr<sup>a</sup> Vereadora Maria de Fátima Pinho, informa que as intervenções acabaram, mas presumindo que a do Sr. Victor fosse em defesa da honra porque foi directamente visado, iria permitir a sua intervenção. Quanto aos Vereadores, esclarece que só podem intervir na Assembleia ou a pedido do plenário ou com a anuência do Sr. Presidente da Câmara, não sabia qual era o tema, mas perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se permitia à Sr<sup>a</sup> Vereadora intervir, tendo o Sr. Presidente da Câmara esclarecido que de sua parte só delega nos Vereadores a intervenção, quando são questões específicas que estão na área da atribuição de competências do Vereador, que estão delegadas.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra, para defesa da honra, ao Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Dirigindo-se ao Sr. Deputado Manuel Silva, disse que deixou de ser militante do PSD em 1980 e qualquer coisa. Ele falou na construção da biblioteca há 15 anos em 1990, eu nunca podia ter uma conversa com o Manuel Silva e nesse aspecto nunca poderia ter uma conversa com ele sobre a biblioteca ou seja o que for, como militante do PSD quando na altura já não o era e tenho isso escrito em carta que foi enviada para o PSD na altura. Ficou estupefacto, pois é um indivíduo que neste momento já se começa a esquecer de muitas coisas efectivamente, é verdade; às vezes já não se recorda de coisas que se passaram há um mês e há um ano, agora virem avivar coisas de há 15 ou 17 anos..., é que não tem a mínima ideia de ter conversado com o Manuel Silva, ou seja com quem for, sobre a questão da biblioteca. Dirigindo-se ao deputado Manuel Silva, referiu que até prova em contrário, “eu não gosto de chamar mentiroso às pessoas, tens que me provar que é verdade aquilo que estás a dizer, sob pena de eu te chamar mentiroso”.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Silva (PSD): Em resposta, afirmou: “Provo que esta conversa foi no Verão de 1990 no Amadeu quando existia a Agência de Viagens, assistiu à conversa o Amadeu e o teu primo Victor Jorge, também te trato por tu até porque somos amigos há muitos anos nem a nossa amizade aqui está em causa, mas tu disseste-o. Também eu posso dizer se dizes que é mentira, que estás a mentir tu. Tem lá paciência, tu disseste-me isso, diante do Amadeu e do Victor Jorge, se eles se lembram ou não, não sei. Eu também não me lembro de coisas que fiz há 15 dias, mas disto por acaso lembro-me, não te agradou, paciência, mas eu recordo-me perfeitamente.”

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Com estas explicações deu por encerrado o período de antes da ordem do dia até porque já tinha sido largamente ultrapassado. De seguida procedeu à abertura do **Período da Ordem do Dia** propondo à Assembleia, na sequência do que pediu o Sr. Victor Figueiredo relativamente aquele “ofício nº 301985/SCS/2005, datado de 14/11/2005, enviando pareceres ref. Proc. Nº 2-CR/175/2005 – licenciamento comercial – Lei nº 12/2004, de 30 de Março, – Comissão Municipal de S. Pedro do Sul” e, como está a decorrer um processo de licenciamento de um estabelecimento comercial, foi por isso que disse não saber se poderia dar cópia porque, a actual Assembleia ainda não elegeu representante e, tendo sido notificado, diz a Lei quando ainda não é eleito nos cinco dias subsequentes ao pedido e, esclareceu que ainda não chegou nenhum pedido, é o Presidente da Assembleia que integra essa Comissão. Obviamente que não quer evocar para si essa qualidade e coloca à aprovação da Assembleia a inclusão e

aprovação em minuta de um outro ponto na ordem de trabalhos “REGIME DO LICENCIAMENTO COMERCIAL – LEI Nº 12/2004 DE 30/03. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A RESPECTIVA COMISSÃO MUNICIPAL”, tendo sido aprovado, por unanimidade, passando a ser o ponto 3 da ordem de trabalhos.

Neste momento quando eram 16h25m, interromperam-se os trabalhos para um intervalo de 5 minutos.

Retomados os trabalhos quando eram 16h30m o Sr. Presidente da Assembleia Municipal: colocou à análise o ponto 1 da Ordem de Trabalhos: “INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Sr<sup>a</sup> Deputada Municipal Sónia Maria da Rocha Cela (PS) disse: Da informação que nos foi fornecida e uma das coisas que me chamou mais a atenção foi a Termalístur. Em Junho houve um parecer sobre a informação financeira dos seis primeiros meses que nos dava um capital próprio negativo de 695.777€, o que nos remete para o artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Esse artigo, das soluções que propõe diz o seguinte: “Os membros da Administração que pelas contas do exercício verifiquem estar perdido metade do capital social, devem mencionar expressamente tal facto no Relatório de Gestão e, propor aos sócios uma das seguintes medidas: a) A dissolução da Sociedade; b) A redução do seu capital social; c) A realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços; d) Adopção de medidas concretas tendentes a manter pelo menos em dois terços a cobertura do Capital Social”. Pergunto ao Sr. Presidente o quê que foi feito? Também analisei o balancete que nos foi fornecido com esta informação. Fiz umas contas por alto visto não ter muita experiência, mas tentei inteirar-me e continuamos neste balancete de Outubro a Dezembro, penso que será até ao meio de Dezembro pela data da impressão, a assistir a um prejuízo de cerca de 84.000€. Os capitais próprios seriam assim negativos cerca de 15.000€. Como resolver a situação? Como o balancete foi imprimido no meio do mês de Dezembro penso que os custos de pessoal ainda não estejam evidenciados em tal balancete e, se não estão, quer dizer que vai agravar ainda um pouco mais a situação. É certo que as receitas também não estão todas aí, mas será que as receitas vão cobrir os custos? Da análise que fizemos a situação melhorou um pouco, mas para nosso desgosto os capitais continuam negativos cerca de 66.000€, ou seja se tivéssemos que dar parecer técnico, daríamos a empresa como tecnicamente falida. O Sr. Presidente quando respondeu aos meus camaradas disse: a Termalístur facturava cerca de um milhão de contos. Temos um Administrador Executivo e também disse que tinha um Vereador quase a tempo inteiro. Tudo isso são custos. Que solução vão dar? O que vão fazer? Temos o direito de saber, visto que um dos principais objectivos da Termalístur era a diminuição dos custos com o pessoal.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Vou cingir-me apenas ao documento subordinado ao título “informação sobre a situação financeira do Município Dezembro 2005” e do qual constam as receitas com o respectivo saldo até 13/12 e mais aquela supostamente arrecadada até ao final do ano e, depois também as despesas. Olhando para este documento, o que vemos é o total da receita executada e a executar, que monta a 2.220.857€ mais uns trocados, o que quer dizer que, daqui até final do ano, teremos um saldo negativo de 7.324.775€. Pela reflexão que fiz desta despesa toda, há aqui alguma que é obrigatória,

decorrente dos compromissos mensais que o município tem como é o caso dos empréstimos, dos leasings, das facturações a cumprir junto da Cenel, das operadoras de telecomunicações, só que neste valor que é um milhão e tal. Não consta a dívida que o município tem para com a banca e que, segundo informação também que nos foi prestada, monta a 11.355.436€, mais aquilo que fica em dívida para 2006, 2.276.437 contos, é muito dinheiro só de dívidas à banca que vão continuar penduradas para 2006 e anos seguintes. Depois também não consta deste documento alguma outra informação, é dito que a fornecedores se deve 1.320.000€, mas aquilo que nos parece acontecer é que neste valor apenas incluíram os fornecimentos documentados, que terão sido facturados e, eventualmente, já decididos em sede da Câmara Municipal, mas não pagos. Por isso estão aqui, mas também as transferências a proceder para as Juntas de Freguesia, 269.000 e tal euros. Será que estão aqui todos os valores a transferir para as Juntas de Freguesia? Não creio. Finalmente a rubrica mais volumosa relaciona-se com os empreiteiros, com as obras que a Câmara tem vindo a executar e este valor monta a 4.368.622€, só que este valor é apenas o resultante do somatório dos autos de medição que terão entrado na Câmara, que estão já dimensionados, que foram medidos nos locais das obras, que a Câmara já avalizou e estão para pagar. E o resto Sr. Presidente? Os outros valores que aqui não estão? Dir-nos-á que depois esses valores irão ser apresentados nas contas de Abril. Nós já sabemos como essas coisas funcionam mas, nós para termos uma visão mais concreta para o próximo ano, até porque isto tem aplicações ao nível do orçamento para 2006, gostaríamos que o Sr. Presidente dissesse algo mais acerca desses valores, porque para já, o que nos é dado a saber é que neste momento, a Câmara tem um saldo negativo de sete milhões e tal de euros e deve à banca onze milhões, trezentos e tal mil, o que dá um saldo negativo global 18.680.000€. Para já, falta saber agora o que está para trás da cortina, em termos de dinheiros.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que: Em relação à primeira intervenção diria, começando pelo fim, que a Termalitur não foi criada para reduzir as despesas de pessoal. Antes pelo contrário, deve dizer que hoje vencem mais os funcionários, e com alguma justiça, do que venciam quando não havia a empresa. A empresa foi criada porque tínhamos aqui uma situação ilegal. A bancada do Partido Socialista muitas vezes alertou, quando da apresentação dos documentos de gestão, que se ultrapassavam os limites, embora isso resultasse de há mais de 20 anos, mas fizeram questão em levar esse ponto ao Tribunal de Contas. Obviamente que era necessário tomar uma medida. Foi essencialmente para quê? Para que se pudesse hoje discutir aqui as receitas e as despesas. Os membros da Assembleia Municipal não sabiam se dava lucro ou se dava prejuízo. Agora com a empresa sabemos o seguinte: a Termalitur dá um lucro limpo para a Câmara de mil contos dia. Seja dia de Natal, de Passagem de Ano, seja de Agosto ou de Janeiro. A renda poderia ser metade ou seja, a renda de 30.000 contos por mês pode absorver ou não o lucro que a empresa gere, com uma diferença: se a renda for 15.000 contos, metade desse dinheiro passa para lucros e, é tributado. Não estamos a fugir aos impostos, porque achamos que a renda justa é nesse montante. A questão do 1º semestre, que vai até Junho, é um semestre que terá obviamente que dar um resultado muito baixo. Os meses de Janeiro, Fevereiro e Março são quase meses em que a receita não cobre a despesa. Quando se entra Julho, Agosto, Setembro, Outubro e até Novembro a situação altera-se totalmente. Quanto ao Código Comercial, aquilo que ele diz, não são seis meses, são dois anos. Mas há aqui um dado que todos compreendem e que nós já estamos a prever: o Dr. Sousa pode explicar depois mais adiante, que é o aumento de capital da Termalitur, que neste momento tem um capital ridículo para o tipo de facturação e de empresa. É um capital que nós teremos que alterar no próximo ano. Em relação à intervenção do

Dr. Ferreira Gomes, é uma realidade o que diz, só não concordo quando diz que ficam pendurados para o ano 2.272.000 contos de dívidas à banca. É óbvio que tinham que ficar pendurados porque são dívidas a médio e longo prazo. É preciso que não se agrave, até porque, as imposições dos limites de endividamento são cada vez mais apertadas. É uma dívida que já vem de há 20 anos atrás, não este montante como é óbvio. Dívida à banca todas as Câmaras têm. Em relação aos fornecedores a dívida que aqui está é real, porque tem que ir a requisição e a facturação é imediata. Nos empreiteiros isso não acontece, é evidente que obras que estão a andar e ainda não têm os autos, não constam aqui. É um valor de 10 ou 15% a mais. Não estamos aqui para iludir, nunca poderia vir senão aquilo que já consta em autos.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Pedindo esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara sobre o que era, no ponto 2 em relação à despesa, diversos; e outros?

Tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que eram ampliações da rede eléctrica.

De seguida procedeu-se à análise da primeira proposta do Executivo, “16ª ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. PEDRO DO SUL”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente fotocópias por todos os membros do órgão deliberativo, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal António Carvalho de Almeida Casais (PS): Sobre este ponto da 16ª alteração ao quadro de pessoal, tinha aqui algumas chamadas de atenção. Pela análise das actas da Câmara Municipal de 11/07/2005, pressupõe-se aqui a criação de alguns lugares, que não vou pôr em causa se são ou não necessários, penso que sim porque se não, não teria o Sr. Presidente proposto a criação destes novos lugares, mas estranho um pouco quando, 60 dias depois aparece uma nova acta a propor mais um lugar de coordenador de equipas de pessoal técnico profissional e, aí sim põe-se uma outra questão: será que estas alterações do quadro de pessoal foram feitas de ânimo leve? Não foi feita uma correcta avaliação das verdadeiras necessidades do município e continuamos a fazer várias revisões ao quadro de pessoal? Penso que devia ser feita, deixo aqui esta minha observação, uma análise mais cuidada de maneira a termos uma revisão mais alargada com uma visão mais para o futuro e a contemplar todas as necessidades do Município e não, perdoem-me esta afirmação, que seja quase feita uma alteração a pedido dos funcionários, ora entra um ora entra outro, e vão-se fazendo várias alterações e esta já é a 16ª. Também pude fazer aqui uma análise no quadro de pessoal e verifiquei que há categorias e carreiras que não estão preenchidas por nenhum funcionário ou estão só simplesmente 50% ocupadas, o que também pode levar a crer que temos aqui um quadro de pessoal empolado e que não há necessidade de termos cá estas vagas todas que não são para preencher. No que respeita à criação de um segundo lugar de coordenador de pessoal técnico profissional, fiz uma pequena análise do Decreto-Lei 404-A/98, que é o Decreto-Lei da revisão do regime das carreiras administrativas para a função pública e, no que diz respeito à carreira técnico profissional, diz como é efectuado o recrutamento no seu ponto 1 e, quais são os requisitos mínimos que se deve possuir para ser coordenador destas equipas. Analisando o artigo 6º, o coordenador é entre os técnicos profissionais especialistas principais com a classificação de serviço de bom ou técnicos profissionais especialistas com pelo menos três anos de serviço na carreira com classificação de serviço de muito bom ou cinco da classificação de bom. No ponto três, diz que só poderá ser criada a categoria de coordenador, quando se verificar a necessidade de coordenar pelo menos dez profissionais da mesma área funcional e, eu fiz outra análise dos elementos desta carreira

técnico profissional, e chego à conclusão que há 35 (trinta e cinco) lugares previstos, há 20 vagos e há 15 ocupados. Então se eles são 15 ao todo, das duas uma: um vai coordenar 7 outro 8 ou alguns são coordenados por dois ao mesmo tempo. Penso que também não poderá ser e gostava que o Sr. Presidente da Câmara pudesse esclarecer, porque alguma coisa está mal ou então há aqui alguma alteração à Lei, que eu próprio desconheço; se não, este ponto três vem fazer referência que esta alteração é ilegal. Era isto que eu queria que o Sr. Presidente da Câmara explicasse para podermos analisar com calma e ver se realmente corremos ou não corremos em alguma ilegalidade na alteração ao quadro de pessoal.

-Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu dizendo que, em relação à questão do quadro de pessoal e, quando o Sr. Deputado António Casais fala da necessidade dos serviços para a integração desses lugares, geralmente era ao contrário. Infelizmente era assim, temos pessoas que já desempenham determinada função mas não tem depois enquadramento dentro do quadro de pessoal. Isto não é correcto, mas não é ilegal. Não se deve proceder a alterações no quadro por conveniência dos funcionários, mas pela conveniência dos serviços. O que é certo é que há essas situações, e nesse sentido vão estas alterações. A criação de lugar de encarregado de parque de máquinas de viaturas automóveis de transporte, atendendo ao parque automóvel que é realmente vasto, é para ser preenchido por quem tiver habilitações dentro de determinados critérios. É legítimo que, quem nesta Câmara exerce essas funções há anos, mas que não é remunerado como tal, tenha a expectativa de amanhã ser ele a integrar. O lugar é realmente necessário porque existe esta função e há quem o esteja a fazer sem ter essa categoria. O mesmo se passa em relação ao armazém, há vários anos que uma pessoa desempenha essas funções. É legítimo que tenha a expectativa, se já exerce essas funções e sempre o fez com todo o zelo. O que estou a tentar explicar é com toda a abertura, não vale a pena eu estar aqui a enganar, podia dizer que isso é o equilíbrio do quadro e que não está ninguém em causa porque, o que importa é o serviço não os funcionários. Nunca nos podemos desligar das pessoas e se queremos ter alguma harmonia e motivação, temos que entender que estamos a lidar com pessoas e não com máquinas. Em relação ao quadro de pessoal, quando foi criado e, não digo que na altura ele fosse criado com desajustamentos, não existia nem um terço dos funcionários que há hoje, não vamos estar aqui, com os olhos no presente, a analisar aquilo que foi uma aprovação do passado. Na altura, talvez até tivesse sido bem aprovado, o que é certo é que hoje mostra-se que está totalmente desajustado. Há aqui lugares que têm que ser extintos, há outros que até a própria legislação vem alterando. Em relação à questão específica do grupo de pessoal técnico profissional, é óbvio que isto pode ser encarado de duas maneiras: a primeira é de dizer que a criação não implica que tenha que ser preenchido. Enquanto os requisitos não estiverem preenchidos ninguém o pode ocupar. Se me falar se é congruente ou incongruente, eu penso que não se perde nada em aprovar este lugar, uma vez que não vai ser preenchido nem pode. Amanhã com a alteração e, tendo alguns serviços pessoal em número suficiente, pode vir a ser utilizado. Pode existir, não sobrecarrega, não há nenhuma ilegalidade, mas o que é certo é que de momento, não pode ser preenchido. É evidente que lhe faltam requisitos, só um deles é que pode ser preenchido.

- Sr. Deputado Municipal António Carvalho de Almeida Casais (PS): Perguntou, que nesse caso, se não era para ser preenchido, porquê que foi em 13 de Setembro feita uma alteração ao quadro?

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu explicando que não tinha nada a esconder, estava a falar com toda a franqueza. Que havia duas pessoas que estão nessas condições e não

valia a pena estarem a falar por respeito às próprias pessoas. Não tem nada a ver é com protecções de amizade, partidária, ideológica ou outras. As pessoas em causa, se disser quem são, vão compreender que é pelos longos anos de serviço e por desempenharem essas funções com alguma coordenação. Sabemos que na Fiscalização há uma pessoa que coordena, embora isso não esteja no papel. Na parte da Topografia também se passa o mesmo. Uma coisa é exercer efectivamente, outra é poder aos olhos da Lei. Agora este segundo lugar, se o quiserem retirar, eu não vejo inconveniente, uma vez que neste momento não pode ser preenchido. O que aqui consta é a possibilidade de amanhã se houver esses requisitos, possa ser preenchido.

-Sr. Deputado Municipal António Carvalho de Almeida Casais (PS): Diz que pela Lei, isto no fundo considera-se uma ilegalidade se ele for preenchido já, a não ser que o Sr. Presidente queira meter mais uns quatro ou cinco empregados.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que isso não pode ser. Ele pode cá estar, a aguardar requisitos, mas não pode ser preenchido sem que os haja. Se fosse por exemplo, o sector da Fiscalização, devo dizer mais quatro, cinco ou seis, porque nós temos um défice muito grande; lá está o tal desajuste do quadro: há lugares que não foram preenchidos nem são necessários e se calhar alguns até poderão estar preenchidos, digamos que, com alguma bondade. Hoje o sector de Fiscalização não tem tempo sequer para informar os processos que estão em obra, e o António sabe disso, quanto mais andar a fazer aquilo que seria o trabalho de rotina e verificar se há alguns incumprimentos de legalidade. Se fosse um desses casos até poder-se-ia vir a preencher. Portanto eu deixo isso ao critério, é discutível estar cá ou não, neste momento não pode ser preenchido, isso seria uma ilegalidade obviamente.

-Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Sr. Presidente, em relação à primeira proposta a que se refere a acta de 12 de Julho de 2005, que é o encarregado de parques de máquinas e todos os outros, nós não temos nada a objectar sobre isso e até concordamos. Em princípio não há problema da parte da bancada do Partido Socialista. Seja como for, inclusive sei quem são os nomes das pessoas que irão ser propostas e, sei que inclusive alguns foram meus adversários políticos e outros foram convidados para ser meus adversários políticos, mas nada obsta que eu votasse a favor dessas pessoas. O problema que nos traz é o segundo lugar de coordenador do grupo ou seja: não vemos com bons olhos que treze funcionários estejam a necessitar de dois coordenadores e é esse o nosso único problema. Penso que não justifica, independentemente do mérito das pessoas, que até concordo que tenham muito mérito e sei quem são as pessoas que estão em causa.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que não é isso que se propõe, porque não pode, é ilegal. Não estamos aqui a propor estes dois lugares para coordenar treze pessoas, porque só pode haver uma. Esta segunda só poderia ser preenchida se houvesse os requisitos, se houvesse mais pessoas.

-Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Diz que é isso que está neste momento a votação, é a criação de dois lugares para coordenador.

-Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que a criação dos lugares não quer dizer que eles sejam preenchidos. Um deles até nem pode, legalmente. Está previsto, como temos aqui tantos lugares no quadro, que estão previstos e não estão preenchidos.

-Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Referiu que a declaração de voto do Partido Socialista ia no sentido de, à partida a bancada do PSD ser maioritária não precisando dos votos do Partido Socialista para nada, mas até

estavam em condições de votar esta proposta a favor, sem problemas nenhuns, mas agora estavam tentar levar o sentido de voto para a abstenção, por causa da questão do segundo coordenador.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que, pode dar azo à interpretação de que estamos aqui a pretender que com determinado número de pessoas, tenhamos dois coordenadores. Não é isso. Vamos supor que a Lei diz que um coordenador necessita de dez funcionários. Nós temos dez funcionários. O facto de termos previstos no quadro dois coordenadores, quer dizer que só um pode ser preenchido. O outro amanhã, se houver vinte, pode ser preenchido. Está previsto no quadro, não quer dizer que venha a ser preenchido. Agora não vejo rigorosamente nenhuma questão em que se retire este lugar até porque, é como digo, há pessoas se calhar com mérito que mereciam pelo seu desempenho mais que dois coordenadores. O certo é que não há condições para isso. Portanto não sabe se há possibilidades, em termos legais, para retirar a proposta uma vez que ela veio da Câmara Municipal e ainda não é um órgão unipessoal executivo. Teria que consultar os seus colegas para retirar este ponto. Se quiserem é avançar com a abstenção ou então, vai é atrasar aqui a questão, fica para a próxima Assembleia. Se vocês acharem que o sentido de voto é a abstenção sem dizer “porque o PSD queria criar lugar para dois coordenadores só para dez funcionários” se não houver esta parte demagógica, que se compreenda a situação, também não vejo inconveniente que prossiga, senão vem para a próxima reunião. Se eu pudesse por mim só, retirar esse lugar, retirava e estava o assunto resolvido. Também não há aqui nenhuma urgência, se as pessoas esperaram até agora, também esperam concerteza mais uns meses.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, esclarece que relativamente à mesa, tanto quanto percebeu, a questão de ilegalidade pode-se colocar à posteriori se for preenchido o lugar, não se estando a cometer nenhuma ilegalidade.

-Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse que concordava em absoluto com tudo aquilo que o Sr. Presidente disse e, inclusive pensava que talvez fosse legal votar a primeira proposta e a segunda nada nos diz que chegou hoje para votação. Nós temos uma primeira proposta que essa pode ser discutida e pode ser aprovada.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Disse que achava muito estranho esta discussão sobre este aspecto, porquanto se fosse por este ponto de vista, não poder aprovar dois ou três coordenadores, assim não poderia ter sido aprovado o quadro de pessoal actual, porque ao tempo, quando foi aprovado, não existiam pessoas suficientes para preencher as vagas todas, tal como hoje não acontece ou seja: o quadro de pessoal prevê trinta técnicos profissionais e a Lei estipula por cada dez é que pode haver um coordenador ou seja, na prática pode haver no quadro de pessoal previsto três lugares de coordenador, o que não podem é ser ocupados enquanto não houver no quadro trinta técnicos profissionais. Portanto esta demagogia que está a ser equacionada, de aprovar o segundo ou não, acha que não tem lógica nenhuma, não tem sentido. Portanto podem ser aprovados três se a Câmara Municipal assim o aprovar e assim o trazer à aprovação da Assembleia Municipal. Portanto o que o Sr. Presidente e o Sr. Deputado António Casais disseram e com razão, de acordo com a Lei, actualmente só pode ser aberto concurso para um e só quando houver mais dez ou seja: quando houver vinte técnicos profissionais é que poderá haver concurso interno para outro. É assim que funcionam as regras da Administração Pública e assim que a Lei estipula. Acha que não é apropriado retirar a

proposta porque não é ilegal e, a Câmara, que pensa que faz o concurso correcto, só pode abrir para um e só um pode ser admitido para exercer funções de coordenador.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para esclarecer qual era a posição, definitiva, da Câmara relativamente a este ponto.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Estamos num ambiente em que já todos compreendemos o que se passa aqui. Não há aqui nada a esconder, é uma questão muito simples. Aquilo que o Engº Casais disse é a realidade. Também na altura havia lugares que não poderiam constar do quadro porque não estavam em condições legais de serem preenchidos. É o que se passa aqui com este. É uma questão que tem tão pouca relevância, que eu próprio estou a dizer. Realmente se quiserem aprovar só a primeira proposta e a segunda ficar. A bancada do Partido Socialista tem a possibilidade de se pronunciar sobre uma e sobre a outra, se forem votadas em separado, votam-se as duas e o partido toma a posição.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Esclareceu que é só uma proposta e vem um aditamento.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que então já não poderia ser retirada, mas que não achava correcta a posição do Partido Socialista, que só por causa de uma lhes levantar algumas dúvidas, vai abster-se em relação a todas, o que não espelha realmente a vontade. Mas uma coisa fica salvaguardada e julga que o esclarecimento do Engº Casais veio nesse sentido: não há aqui nenhuma ilegalidade. Mantém-se a proposta.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, 24 (vinte e quatro) votos a favor, 16 (dezasseis) abstenções dos Srs. Deputados Municipais do Partido Socialista: Avelino da Silva Almeida, António Augusto Ferreira Gomes, Sandra Marisa Martins Figueiredo, Pedro Bruno Oliveira Almeida, António Carvalho de Almeida Casais, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Sónia Maria da Rocha Cela, Augusto Sequeira Machado, António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal, José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio, Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva, Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Victor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul, João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior.

De seguida procedeu-se à análise da segunda proposta do Executivo: “REGULAMENTO SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO. TRANSFERÊNCIA PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE COMPETÊNCIAS DOS GOVERNOS CIVIS”, relativamente ao qual foram distribuídas, previamente, fotocópias por todos os membros do órgão deliberativo, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal, esclarecido que se trata da adequação do diploma referente aos arraiais e festas que é fruto de alguma competência que passou do Governo Civil para a Câmara.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à análise da terceira proposta do Executivo: “DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO 2006”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópia da minuta da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 12/12/2005, bem como fotocópia do respectivo orçamento.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Referiu que podia dizer já que o Partido Socialista ia votar contra o orçamento e que ia explicar porquê. Não obstante o PSD ir votar a favor dado a disciplina de voto, convidava-os a reflectir sobre o orçamento, sobretudo sobre dois aspectos que, em sua opinião, não havia qualquer rigor na elaboração destes orçamentos. Olhando para ali que se vê perfeitamente que em cada divisão da Câmara, nas despesas prevista para o próximo ano, fazem a junção de todas essas despesas e depois tentam arranjar receitas de forma que cubram essas despesas. Isto não tem qualquer rigor e que se nota perfeitamente que há muitas rubricas ali abertas, que estão porque fizeram o orçamento em cima do joelho e não sabem o que vai acontecer e, então ou abrem a rubrica como “outros” ou então põem um valor sempre igual, mas pensa que está feito de forma exagerada porque não espelha a realidade da Câmara e, sobretudo para esta autarquia, que já não era a primeira vez que está aqui nem a primeira vez que faz um orçamento. Acha que o podiam fazer com mais rigor. Convida a reflectir mais sobre isso, pelo seguinte aspecto: depois de 09 de Outubro, vários Presidentes de Câmara que foram eleitos, nas declarações que fizeram na imprensa, todos diziam que a grande prioridade que iriam ter iria ser os cortes nas despesas correntes e os cortes numa perspectiva geral, dado à conjuntura que se vive no País e não só. Inclusivamente que viu ultimamente, o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades a dizer que iria fazer isso. De uma forma geral todos os Presidentes de Câmara falaram nisso. Este orçamento não dá qualquer sinal que espelhe essa realidade, isto é: não se vê aqui qualquer sinal de cortes, quer nas despesas correntes sobre todos os aspectos. Em relação às receitas, também não se vê aqui nada que possa ser canalizado como receita extraordinária, para amortizar os passivos da Câmara Municipal. Aproveita para dizer que em relação a 2005, o grau de execução do orçamento deste executivo foi de 26% em relação às receitas ou seja, só arrecadaram 26% das receitas que tiveram. Fizeram um orçamento que não espelhou minimamente a realidade. Daqui a um ano estaremos aqui a falar da mesma coisa, isto é: a realidade vai ser totalmente diferente do orçamento que vai ser aqui aprovado hoje. Mas falando em casos mais concretos, falando da energia eólica, está aqui previsto 4,5 milhões de euros para arrecadar de receitas de propriedade, que pensa que será de energia eólica. Gostava de saber com que fundamento é colocado aqui este valor ou será alguma estimativa correcta. Que valor é este de 1,9 milhões de euros previsto para bens de investimento das famílias, pois não conseguiu perceber o que poderá ser isto. Em relação à parte das receitas e voltando ao assunto que foi aqui falado que é a Termalitur, na sua opinião, tem uma ideia muito diferente do que é: realmente a Câmara arrecada mil contos por dia da Termalitur, mas porquê que não há-de conseguir arrecadar daqui a um ano, mil e quinhentos contos por dia, mesmo que para isso tenha que pagar 25% de impostos? Iria ficar sempre com mil trezentos e setenta e cinco, se calhar. Essa noção de valor fixo é mau para uma empresa ou seja, se está a pagar mil contos por dia à Câmara, não há incentivo nenhum à administração para

poder conseguir aumentar as vendas ou aumentar a prestação de serviços, neste caso, nem tão-pouco haverá um esforço, se calhar, por parte da administração para minorar os custos de forma a que possa ter uma receita maior para entregar à Câmara Municipal. É favorável a uma renda variável, com valores mínimos isto é, se não atingirem os mil contos serão os mil contos mas se conseguir atribuir à Câmara mais que mil contos, porque não atribuí-los? Isso tem outro senão também: o valor da renda fixa, é que o que aconteceu aqui no mês de Dezembro em que a Termalitur não teria, se calhar, dinheiro para pagar à Câmara e que se calhar teve que fazer algumas livranças, ou algo do género, e teve que pagar juros, para conseguir dar o dinheiro à Câmara porque o mês foi fraco, algo que não acontecia quando o Centro Termal estava na posse da Câmara, mas noutros meses se calhar poderia dar mais de mil contos por dia à Câmara e não os está a dar porque a renda é fixa. Acha que é um assunto discutível. Não estando aqui só para criticar porque acha que devemos ter um a opinião construtiva, acha que está na altura da Câmara Municipal começar a pensar em arrecadar receitas extraordinárias para começar a amortizar o passivo, senão hoje temos quatro milhões de contos, daqui a um ano temos cinco milhões de contos, andamos nisto e nunca vamos sair daqui, porque não há receitas extraordinárias para canalizar, para amortizar esse passivo. Não está tão preocupado com a dívida à banca, mas com a dívida a fornecedores, porque há empresas e há famílias que se calhar dependem desse dinheiro e, se houvesse umas receitas extraordinárias para começar a amortizar esse passivo, esta situação não se verificava. Está aqui a lembrar, por exemplo, da situação da derrama que vem aqui especificada na parte das receitas, mas vem só introduzida como rubrica fixa de 100, que é o que acontece em algumas outras. Porque não atribuir a derrama do próximo ano, para amortizar passivo. Sabe que, muitas vezes, à derrama tem sido atribuída alguma finalidade que depois não lhe é dada, como por exemplo, fundo de maneiço, operações de tesouraria ou para quando estão com a corda na garganta. Em relação às despesas previstas no orçamento, o que ressalta mais à vista são os custos com o pessoal. Há aqui um aumento superior a 10% e, não entende isso por uma razão: havendo congelamento na admissão de pessoal efectivo, só se podem tirar daqui duas conclusões: ou vai haver aumentos extraordinários na função pública em S. Pedro do Sul, isto à volta de 10% que permita chegar a esse valor, ou então vão aumentar os contratos a termo certo, por alguma promessa que tenha havido no período antes das eleições e que irá ser concretizado em 2006. Não percebe porquê que há mais de 10% de aumento dos custos de pessoal. Depois, ainda na parte das despesas, não conseguiu tirar ilação, em relação à dívida ao Planalto Beirão, se alguma previsão foi feita para esta dívida, ou se está prevista ser paga no próximo ano, ou o que é que se passa com esta dívida porque não conseguiu tirar aqui esse valor do orçamento. Não sei se os maus serviços prestados na recolha do lixo, sobretudo nas Termas, tem alguma coisa a ver com a dívida ao Planalto Beirão e se realmente no próximo ano ela vai ser paga, ou o que é que se passa com esta dívida, se é para pagar ou não. Relativamente à Divisão da Cultura, gostou que se tivesse mencionado a situação do Cine-Teatro. Acha que é de aplaudir, os cortes que foram feitos, mas há aqui duas situações relacionadas com a Divisão da Cultura, que gostava de ver esclarecidas: uma, na parte de pessoal, que tem a ver com uma indemnização por cessação de funções de mais ou menos 41.000€, de que é esse valor e, outra tem a ver como boletim municipal que não viu lá qualquer valor que pudesse indicar as despesas com o mesmo nem com publicações, ou a publicidade, e acha que é uma despesa já relevante que deveria vir lá mencionada ou se está oculta. Senão vejamos: o último boletim teve onze mil exemplares. Se for para continuar a ser assim, será uma despesa muito relevante e se é relevante, deveria estar mencionada e não a encontrou visível.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que ia pedir um esclarecimento, porque há aqui coisas que a nós que não fazemos parte do executivo e, que não tivemos oportunidade de frequentar nenhuma reunião pública, necessitam de ser clarificadas. Sr. Presidente, à página 2, há uma rubrica que é “05.07.03” relativa a empresas privadas quatro milhões e quinhentos mil euros. É suposto que tem a ver com a exploração eólica. Depois à página 5, “Venda de bens de investimento”, há aqui uma receita previsional que monta a três milhões oitocentos e tal mil contos e que está numa rubrica famílias. Esta rubrica é relacionada com a dita quinta de Castro Daire?

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Sr. Vereador José Sousa, começando este por desejar um Feliz Natal e Bom 2006. Vou tentar, se não me esqueci de nenhuma pergunta que foi colocada pelo Dr. Mouro, talvez seja importante explicar como é que é feito um orçamento de uma autarquia. O orçamento de uma autarquia segundo as regras do POCAL que entrou em funcionamento no ano de 2000 e que não permite aquilo que o Dr. Ferreira Gomes falou que é por exemplo, haver dívidas a fornecedores que não estão naquele resumo porque existe sempre cabimento prévio e, depois da introdução do POCAL isso não existe. Convém explicar o seguinte: quando elaboramos o orçamento, a primeira coisa que fazemos é marcar uma data de início de elaboração do orçamento, porquê? Por dois motivos: o primeiro porque todas as receitas, e depois tem a ver com a preocupação do Dr. Mouro, que eu partilho em certa medida, tem a ver com a elaboração das receitas e com a introdução da dívida no próprio orçamento, portanto, temos que marcar uma data, marcamos a data de 30 de Setembro e portanto existiram três meses que entretanto foram passando que alterou, ligeiramente, a composição daquilo que está no documento, mas é sempre assim. Terá que ser sempre feito assim. Relativamente às receitas tanto nos impostos como nas taxas como nas tarifas, diz a Lei, que nenhuma destas rubricas o montante da receita, pode ultrapassar a média dos últimos 24 meses que precedem à elaboração do orçamento. Portanto nós marcamos 30 de Setembro e andamos 24 meses para trás fazemos a média e colocamos exactamente o valor que lá está. Eu também critico essa situação. Critico porque? Porque grandezas que são necessariamente crescentes nunca podem, mas isto é a Lei que nos obriga, nunca podem ser previstas com médias aritméticas simples. Isto é fácil de perceber: portanto significa que, tanto nos impostos como nas taxas, como nas tarifas, os valores estão subavaliados, todos eles estão subavaliados. Depois andamos mais para a frente e vamos às transferências correntes e às transferências de capital. O que diz a Lei é que tanto as transferências correntes como as transferências de capital, só podem estar incluídas as receitas que estejam antecipadamente aprovadas e isso significa que deixa de ser uma previsão para ser uma certeza, ou seja: só lá podemos colocar aquilo que está efectivamente aprovado e nunca podemos cair nessa situação visual de só colocar aquilo que está efectivamente aprovado, porque estamos a contar que durante o ano mais coisas vão ser aprovadas, portanto mais uma vez uma receita subavaliada. Então o que é que todas as Câmaras fazem para compensar essa subavaliação de receita. Todas elas aumentam na parte das receitas da venda de determinados bens e serviços, aumenta-se no sentido de, nem tudo aquilo que lá está previsivelmente ou com um grau de probabilidade muito grande, será vendido, como é lógico. Todas as Câmaras têm que compensar dessa maneira, não há volta a dar no orçamento, e eu critico a forma como o POCAL, além de considerar que foi um grande avanço, essa diminuição das receitas no início, não sou só eu que o digo, todas as Câmaras se queixam do mesmo; se nós nos impostos não temos lá os valores que deveríamos ter, se nas transferências, não temos os valores que lá devíamos ter, se o estado este ano

transfere exactamente o mesmo montante em termos de fundos que transferia no ano passado obtemos uma receita líquida inferior, temos de compensar de alguma maneira sob pena de, prejudicarmos o concelho, sob pena de estarmos aqui a não poder fazer nada e não podemos entrar por aí. Outro valor que queria corrigir quando falou em 26% da execução de este ano, ele não é de 26%, convinha que se verificasse que não é de 26%. É 26% das receitas de capital, mas as receitas totais já ultrapassaram os 50%, portanto o grau de execução não é de 26% é de 51% mais ou menos, aí chegará talvez aos 53 ou 54% o que consideramos que é um óptimo resultado. Em termos absolutos é só o maior de sempre da Câmara Municipal em termos absolutos. Relativamente às Termas julgo que já tudo foi dito, e queria introduzir aqui dois aspectos com o máximo de transparência, porque acho que estas coisas devem ter total transparência. Nos documentos previsionais que foram entregues, pela primeira vez não existe o empréstimo de curto prazo. Eu estive na oposição já lá vão uns anos e era sempre aprovado um empréstimo de curto prazo, no poder continuámos a aprovar o empréstimo de curto prazo e pela primeira vez não existe empréstimo de curto prazo. Não existe, por vários motivos mas eu destacaria o seguinte: porque se a taxa de juros está a aumentar e se no fundo este empréstimo é só para dificuldades de tesouraria no início do ano, as dificuldades de tesouraria acontecem no final do ano. Mas está aí um empréstimo que tem a ver com obras participadas, juros bonificados, um empréstimo de oitenta e poucos mil contos. Está aí esse empréstimo que não o trazemos hoje a aprovação mas que está reflectido nas contas. Está claro se vamos amortizar este ano mais de 260 mil contos, se contrairmos um empréstimo de 80 mil, estamos para o ano com uma situação de endividamento bem mais favorável. O que também está aí, o que o Sr. Presidente alertou há pouco para eu vos explicar, está aí um aumento de capital da Termalístur, porquê? Porque nós abordamos este tema como é que conseguíamos dentro da Lei gerir a Termalístur por forma a que não se torne pura e simplesmente um pagador de impostos, para que não chegasse ao final do ano e, uma parte dos lucros fossem, uma fatia muito grande, fossem para impostos até porque nós suportando esses impostos não conseguiríamos na mesma passar o início do ano. No início do ano, quando transferimos 150.000 euros para a Câmara Municipal a receita não chega, não cobre, portanto existe aqui uma situação muito difícil de ultrapassar que é ultrapassada com empréstimos de curto prazo e então o que é que nós entendemos que deveríamos fazer, até porque os juros tendencialmente vão crescer. O capital social da Termalístur é de 50.000 euros, 10.000 contos e nós entendemos que para uma empresa que no fundo tem de receita mais de um milhão de contos actualmente, já agora recordava-vos, quando chegámos à Câmara Municipal a receita era de 540 mil contos e agora já ultrapassa um milhão de contos, essa ambição de que falávamos julgo que é mais que provada, portanto o que acontece aqui é que havia necessidade de tomar esse valor, que é ridículo, de 10 mil contos, para quem tem de receita mais de um milhão de contos, aumentá-lo mais 90 mil contos para chegar aos 100 mil contos. Também está aí, não sei se vocês repararam, um aumento de 450 mil euros, está 450.100, mas 100 já lá estavam, portanto houve essa preocupação. Relativamente à rubrica familiar, que o Dr. Ferreira Gomes abordou, tem a ver com a quinta de Castro Daire, com o pinhal de Pinho e com o terreno de Santo António. Relativamente às energias eólicas nós colocámos lá 4.500.000 euros, porque tem a ver com o seguinte: tem a ver com 2,5 de derrama que a empresa é obrigada a entregar à Câmara e para além disso tem a ver com a capacidade instalada, é uma derrama que entra nesta rubrica que aí está, é uma derrama diferente, e para além disso tem a ver com, eu vou-lhe dar um exemplo, nós este ano estávamos a contar em receber através do contrato 220 mil contos do ano passado que vai acumular ao restante que não estamos a receber este ano. Feitas as contas dá

sensivelmente 4.500.000 euros. Relativamente ao Boletim Municipal está na rubrica na parte da Divisão de Cultura, Desporto e Acção Social: o valor previsto, salvo erro, são 15 mil euros. Os custos de pessoal são assim, se comparou orçamento a orçamento, a comparação tem algum desvio pelo seguinte: porque nós no ano passado, e diz a Lei que nós só devemos colocar em orçamento tudo aquilo que está efectivamente aprovado, ou seja: nós colocámos no orçamento do ano passado, os contratos que no início do ano já estavam feitos. Porque é que isto acontece? Acontece que, por exemplo os funcionários das escolas, terminam o contrato em Julho e, depois existe um novo contrato de Setembro até Dezembro e nós neste orçamento já o colocamos, esse orçamento está mais afinado. Nós colocamos já neste orçamento as despesas de Agosto/Setembro, quando iniciarem as aulas até ao final do ano, é por isso que dá esse aumento, representa uma parte, não representa tudo, depois tem as progressões de carreira, tem actualização de salários, tudo isso lá está contemplado. Não há mais pessoal, há é a actualização normal de quem ambiciona ganhar mais.

- Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS): Não era para falar sobre a questão do orçamento, mas em face daquilo que o Dr. Sousa disse há duas considerações que queria aqui falar, primeira: segundo consta, a venda de um terreno em Pinho, penso que talvez seja de uma doação feita pela D. Modesta Figueiredo, se é isso eu informo que além desse pinhal em Pinho, existe mais um pinhal em Vila Maior que também pode ser vendido. Já o tinha comunicado há diverso tempo, aqui à Câmara Municipal e até ao momento, a Câmara Municipal não tinha feito nada sobre isso. De forma que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul não vem aqui só dizer mal, de vez em quando também diz algumas boas. Depois por outro lado houve uma situação que não gostou, foi a questão da venda do lote da Quinta de Santo António. Ora a ser assim, não pode ficar satisfeito, porque estamos a falar de um zona habitacional que não tem nenhum espaço verde. Aquele terreno na altura pensou-se em fazer lá um espaço verde, passou inclusive a ser um espaço para o Cénico, fazer lá a sua sede social, e a verdade é que depois deixou de ser sede do Cénico e voltou a ser jardim público e agora tenta-se vender o terreno. Aí não ficará muito satisfeito na medida em que ali ficaria bem, no seu entender, um jardim público para toda aquela gente daquela zona.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Sobre este último ponto, concordo perfeitamente com o que disse o Sr. Deputado Victor Figueiredo. O que eu posso dizer sobre isto é o seguinte: é um activo da Câmara Municipal, agora para nos descansarmos, há 10 ou 15 anos que estes bens estão à venda nos orçamentos e nunca a Câmara vendeu nenhum. Para bom entendedor não são precisas mais palavras. Em relação ao pessoal, neste momento o que conta para os limites são as despesas, fora do quadro 25% de 60% das receitas correntes. Neste momento ainda temos 40%, coisa que não se passava antes da Termalitur porque obrigava a muita contratação fora do quadro. Em relação ao pessoal do quadro, o limite é 60% das receitas correntes. Ainda temos 60% disponível, ou seja, só utilizamos 40% do valor permitido. É óbvio que não é desejável nem importa, só para dizer ao Dr. Mouro que não era para o ano, teria sido há 2 anos esse movimento de pessoal antes das eleições. Depois já não valia a pena. Portanto não se trata disso, é uma discussão que tem vindo a ser feita ao longo dos anos, com maior ou menor demagogia, se a Câmara tem ou não tem pessoal a mais. Pensa que no fundo há algum desequilíbrio no quadro e desajustamento entre as várias carreiras.

Não havendo mais intervenções foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 24 (vinte e quatro) votos a favor, 7 (sete) abstenções dos Srs. Deputados Municipais, António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal (PS), José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PS), João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), e 9 (nove) votos contra dos Srs. Deputados Municipais Avelino Silva de Almeida (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Sandra Marisa Martins de Figueiredo (PS), Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS), António Carvalho de Almeida Casais (PS), Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS), Sónia Maria da Rocha Cela (PS), Augusto Sequeira Machado (PS) e Victor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS).

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Apresentou a seguinte declaração de voto: “ORÇAMENTO 2006 – Declaração de Voto – O voto contra dos membros do Partido Socialista da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul fundamenta-se nas seguintes razões (entre outras): 1. Não são claros os valores de algumas das receitas mais volumosas, ainda que previsionais, que, por estarem claramente inflacionadas e/ou não garantidas colocam, desde logo, em causa a execução do mesmo. São os casos de “Rendimentos de propriedade” e de “Venda de bens de investimento”; 2. A fundamentar esta nossa preocupação está a experiência de 2005. A Câmara Municipal arrecadou em relação ao previsto menos de 30%; 3. Quanto à despesa, sobressai a despesa corrente, correspondente à máquina administrativa e técnica, com cerca de 14 milhões de euros para um total de cerca de 33,8 milhões; 4. Pior ainda quando se prevê um aumento de 11,3% de despesa com pessoal e foi constituída uma empresa municipal - Termalístur -, exactamente para aliviar a CM de encargos com pessoal. Quer dizer, aumentam as despesas correntes na Termalístur e aumentam essas despesas na Câmara Municipal... 5. E como o dinheiro não é elástico, o que se gasta com pessoal falta em investimento e em desenvolvimento do concelho. É ver “As Grandes Opções do Plano 2006”, onde quase não constam obras novas. 6. Por outro lado, é por demais evidente o endividamento crescente da autarquia, o que mais hipoteca o futuro da nossa terra. Portanto, porque os dinheiros não nos parecem bem geridos votámos contra. Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, 23 de Dezembro de 2005, Pelo Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista”

De seguida procedeu-se à análise da quinta proposta do Executivo: “DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2006”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópia da minuta da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 12/12/2005, bem como fotocópia dos respectivos documentos.

Verificando-se as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS): O Plano de Actividades que aqui está para o ano de 2006 já o tinha visto, ou seja, já o tinha visto no ano anterior e a maior parte das obras já as tinha visto no Plano de Actividades de há dois anos, de forma que de novo, praticamente não traz nada. No que diz respeito à conclusão

do Cine Teatro já aqui foi falado, passa à frente. No que diz respeito ao Jardim de Infância de S. Pedro do Sul também já foi falado, embora possa dizer que, no ano de 2003 estava prevista a verba de 70.000 euros e nos anos seguintes mais duzentos e oitenta mil euros e a verdade é que ainda hoje se anda aqui a falar no Jardim Infantil de S. Pedro e não está feito. No que diz respeito a habitação social também nada consta e nada se faz sobre habitação social. No que diz respeito à habitação a custos controlados, já existe por tanto lado e, a S. Pedro do Sul ainda não chegou. Posso-vos dizer, por exemplo, que nós tínhamos terrenos para fazer tanto, habitação social como habitação de custos controlados. Basta lembrar aquelas casas amarelas das Conferências de S. Vicente de Paula que estão horríveis, toda a gente o reconhece e o assunto arrasta-se há anos e não se resolve. Sobre a Biblioteca Municipal, nada se fala. No que diz respeito ao Complexo Desportivo da Pedreira já aqui foi falado hoje. No que diz respeito ao Polidesportivo das Termas é mais uma das obras que foi inaugurada no dia 24 de Setembro e ainda está aqui para pagar, assim como muitas outras que vêm desde o ano de 2001 e constam novamente aqui. A revitalização e consolidação urbana das Termas é mais uma, as infra-estruturas da Quinta da Cruzada é mais uma, o programa URBCOM. O Programa URBCOM é um programa com o qual estou 100% de acordo. Em 2001 tinha previsto uma verba de cinco mil contos, em 2005 tinha cem mil euros e agora aparece-nos aqui cinco mil euros, ou seja, quando o projecto URBCOM está para avançar, neste momento andam a ser contactados comerciantes para apresentar os projectos, dá impressão que ao fim de tantas reuniões que já aqui houve e de tantas apresentações do programa é mais um ano que vai passar sem se fazer nada sobre isso. No que diz respeito ao cemitério municipal, já foi benzido no dia 25 de Setembro, mais uma obra antes das eleições, e depois aparece aqui mais trezentos e sessenta e dois mil euros para pagar. A pavimentação do caminho da Ponte à Cabria, esta também já tem barbas, já vem aqui desde o ano de 2001; isto está feito e mais que feito de seguida já precisa de ser composto, ainda está aqui para pagar; a variante da estrada nacional 16 à estrada 227 em 2001 tinha catorze mil contos, já está feita há muito tempo e pergunto aqui então e aquela variante a Pouves que o projecto já foi anunciado por duas vezes em boletim municipal? Uma vez veio um projecto, as pessoas não concordaram, porque efectivamente aquilo era uma aberração; A Câmara Municipal voltou a fazer um novo projecto e a verdade é que embora já tivessem previsto dois mil contos em 2001 e sessenta mil contos em 2002 a verdade é que, neste Plano de Actividades nada consta. Depois há aqui outras obras, estrada de Vale Pedro, isto é em Vila Maior, ligações estas à estrada nacional 228, feita e mais que feita, pavimentação do acesso à Cabria, novamente, também já está feita, Av. Sá Carneiro II fase, Sr. Presidente penso que isto deve ser a ligação do Intermarché à Av. Sá Carneiro? É mais uma que vem anunciando no boletim municipal a dizer que ia arrancar brevemente prontinha para avançar. Quem vem numa 1ª página a anunciar uma obra dessas e depois aparece aqui com mil euros para execução, quando em 2005 tinha cá cento e sessenta e quatro mil e quinhentos euros, agora passa para mil, significa que não é para fazer. O percurso pedonal do Rio Vouga é mais uma que anda aqui arrastar-se; e, agora aqui queria dar uma achega ao meu amigo jornalista Salgueiro, eu recordo-me que há um ano estávamos aqui presentes nesta sala e eu congratulei-me efectivamente com o Plano de Actividades no que dizia respeito à praia fluvial de Pouves e ao ringue polidesportivo que ia ser construído atrás do pavilhão e depois, este grande jornalista que temos aqui à nossa frente, na segunda feira ou terça-feira seguinte vai para a rádio Vouzela e diz assim mais ou menos por estas palavras “porque o Presidente da Junta, esqueceu-se das grandes obras, só mencionou as obras pequenas”, efectivamente foi verdade mas a verdade é que ainda hoje, passou um ano, e nem

uma nem outra estão feitas. O canil municipal é mais uma obra que veio num projecto muito “lindo”, que aquilo até parecia um hotel de luxo para os cães e para os gatos. Efectivamente o projecto era mais “lindo”, só que é mais uma obra que não foi feita e mais uma obra que deverá estar aqui englobada nas obras em bens municipais, não sei se é ou não, mas é capaz de ser. O que eu vejo aqui é que é Plano de Actividades de obras já feitas e são obras para pagar, não vejo praticamente nada de obras novas para 2006.

- Sr. Deputado António Augusto Ferreira Gomes (PS): Eu começo por este último ponto do Sr. Deputado Municipal Victor Figueiredo, é que nós olhamos de facto para o plano de 2006, nós quase não vislumbramos obras nenhuma porque remontando ao início das obras, nós ficamos espantados como é que isto, à página sete, no próximo ano só vão arrancar nove obras apenas, e eu tenho as minhas dúvidas se estas obras já não estarão executadas. Sr. Presidente, a “Pavimentação em Figueiredo de Alva”, pode-me dizer qual é esta obra, que pavimentação é esta? Depois, a “Rotunda Bairro Mira Sul”, eu volto à questão da rotunda, acreditem que as rotundas podem ser uma excelente solução para organizar o trânsito, a situação viária, são uma boa solução. Não foi por acaso que os franceses as inventaram, e não é por acaso que, por exemplo, o nosso vizinho Ruas, de Viseu, virou um adepto confesso e prático de tal solução (até mudou a alcunha, o sobrenome, por causa disso...). É que nós quando nos colocamos a fazer contas ficamos abismados, por exemplo como é que a rotunda do Bairro Mira Sul (e arredores, as tais, aquelas obras adicionais da rotunda) tem aqui um custo estimado de trezentos e doze mil euros e este valor vai ser superado porque não estão aqui os trabalhos a mais, os trabalhos a mais imprevistos, e essas facturações, esses autos de medição hão-de depois cair na Câmara e nós haveremos de compulsar esses valores, portanto, como é que uma rotunda daquelas, logo à partida, se estima com custos de sessenta e dois mil contos e em toda a rubrica para a educação - desde o pré ao 1º ciclo - , há apenas trezentos e quarenta e um mil euros, isto é, para a rotunda vão trezentos e doze mil euros e para a educação vão trezentos e quarenta e um mil e cinquenta, pouco mais? De facto eu acho que é uma aposta exagerada numa obra, e é uma aposta exagerada, por defeito, de uma obra que devia ser maior, numa roda que devia ser maior, que devia ser a roda da educação e da cultura da nossa gente porque a sustentabilidade e o desenvolvimento de um país e de uma terra, de um concelho como o nosso, faz-se apostando na qualificação das pessoas e não na qualificação do consumo dos combustíveis, dos carros, etc. Os carros são fundamentais, nós não podemos prescindir deles na vida moderna dos nossos dias, mas a verdade é que as nossas escolas, as nossas crianças merecem muito mais atenção e V<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup> na Câmara esqueceram-se disto, claramente. Depois, também um pedido de esclarecimento, na página 4 há aqui uma referência aos cemitérios. O Deputado Municipal Victor Figueiredo já falou no cemitério municipal. É uma obra necessária para S. Pedro, pois estava carecido desta infra-estrutura. Sr. Presidente a Câmara Municipal de São Pedro do Sul só vai custear a obra do cemitério municipal? Não há outros cemitérios na área do nosso concelho que mereçam alguma atenção, algum apoio da Câmara Municipal? Porque é que só Valadares tem aqui uma previsão de cinco mil euros para ajudar à compra do terreno? Eu estou-me a lembrar, por exemplo, da minha freguesia em que a Junta de Freguesia adquiriu um terreno anexo ao cemitério para ampliação do mesmo, que está em vias de estar lotado, e tanto quanto sei, a Câmara Municipal não participou com nada. E a não o fazer, também não sei se a Junta cessante pediu ajuda ou não, mas ao ajudar umas freguesias e não ajudar outras, a ser assim, a Câmara está a ter um comportamento discriminatório que não abonará em seu favor, porque as Juntas de Freguesia, ou são todas ajudadas na mesma dimensão, ou proporção, ou

então acho que não está a ser seguida a política correcta, e quem fala em Figueiredo de Alva, podia falar em Pindelo dos Milagres, só para citar dois exemplos. Depois gostava de saber onde param as obras das vésperas das eleições, é que não aparecem aqui de facto. Foi feita muita obra, o certo é que muitas delas com delegação nas Juntas de Freguesia, para aligeirar processos e facilitar aspectos administrativos, mas a verdade é que não aparece nada, portanto a Câmara praticamente não tem aqui obra nenhuma para o ano que vem.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Nas duas intervenções, ressalva dois pontos, aliás a intervenção do Dr. Ferreira Gomes foi um bocado, eu não diria desastrada, mas não colheu muito pelo seguinte: o custo que aí apontou para a rotunda deve ser aí 70 contos de lancil mais duas carradas de terra. Não vamos fazer demagogia, a rotunda não custa isso. Para qualquer pessoa que esteja a ouvir através da imprensa, quando se fala do custo da rotunda, é óbvio que não é complicar, é desvirtuar, e não estou a dizer que seja com intenção, mas tenho que precisar que o custo não é da rotunda, chama-se rotunda Mira Sul, mas é uma obra entre rotundas. Isto é só para fazer a precisão. A educação, e aí não sei onde é que apareceram esses números, só de transporte a Câmara gasta o dobro do que gasta nessa obra. O orçamento, da Educação da Câmara Municipal, com a parte do Desporto e da Cultura, anda próximo de um milhão de contos. Só quem não tem a noção, as empregadas que temos nas escolas para os prolongamentos, as refeições, os transportes, o apetrechamento escolar, os arrendamentos e as obras nas escolas. Dizer a Câmara de São Pedro do Sul gasta 30 mil contos na educação! Só de transporte gastamos 100 mil contos. Não pode ver o plano, tem que ver o orçamento.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Interveio, dizendo achar-se em pleno uso das suas faculdades. Acha que sabe ler. O documento que tem é oficial, que é da Câmara, diz assim na 1ª página das Grandes Opções do Plano designação: Educação do ensino Pré-escolar, Jardim Infantil de S. Félix, obra.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Isso é obras, não são despesas com a educação.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): São investimentos.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: São investimentos mas em obra, em edifícios. Isto não são os gastos com a educação, são em edifícios, até pode haver zero e nós continuarmos a gastar da mesma rubrica.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) continuando: A construção de Jardins-de-infância, incremento de informática software informático, ensino básico, arranjo de escolas primárias e recreios concelhios, animar a escola. Nestas duas rubricas 01-001, 01-002 há aqui um total de trezentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta euros. É investimento no ensino básico e pré-escolar, e depois a tal obra da rotunda, eu bem sei que não é a rotunda, não é só aquela rodinha, eu já há bocado disse, até brinquei, que era a rotunda e arredores do espaço envolvente é evidente, eu sei muito bem que é desde a rotunda de São Pedro até à rotunda do Bairro Mira Sul, que é todo aquele trecho.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Eu sei, mas é bom que se diga.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Eu disse na primeira intervenção que fiz hoje aqui.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Mas às tantas na rádio não passa a primeira, passa a segunda sem a primeira e, as pessoas podem ficar com a ideia que é só a rotunda.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS), continuando diz: As pessoas sabem mais do que a gente pensa, e o que quero dizer com isto é, comparando esses valores, o investimento que é feito numa obra viária, de funcionalidade muito duvidosa, obra que fica.

Gasta-se tanto numa rotunda e, não me venham dizer que não é rotunda, porque aqui no documento é classificada como “Rotunda Bairro Mira Sul” é a rubrica 09.001.2004/28, se falta aqui outros dados a culpa é vossa, eu leio o documento que nos forneceram e, esta obra custa quase tanto como todo o investimento que é feito na Educação no nosso Concelho.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que o investimento feito na Educação no Concelho não é só reparações nas escolas, é todo o dinheiro que se investe na formação dos nossos jovens. Ao falar-se assim até pode dar a entender que dedicamos aos nossos jovens metade ou, quase só o valor de uma obra. Tenho a certeza que à escala, é das Câmaras que investe mais. Em relação aos cemitérios não é verdade, o cemitério municipal não é apoiado porque é do município. Os outros cemitérios têm sido apoiados, por exemplo, o de Candal fizemos protocolo e foi apoiada a sua construção, não a 100%, mas muito próximo, Pinho também há protocolo e Figueiredo de Alva já falou com o Presidente da Junta, também vai haver um apoio. Apoiam-se os cemitérios sempre que tal é solicitado à Câmara. O URBCOM é uma obra, do Poder Central, já está aprovada, já cá vieram dois secretários de estado fazer fé. Esperamos que sejam consequentes e não tenhamos que ter cá um terceiro ou quarto secretário de estado para isto arrancar. Os comerciantes estão a apresentar as suas candidaturas ou estão prestes a fazê-lo. Depois esperamos que, haja cabimento orçamental para que eles possam ser aprovados. Esperamos que sim, porque a Câmara Municipal é a primeira interessada.

Não havendo mais intervenções foi a presente proposta colocada a votação, tendo sido aprovada, por maioria com 24 (vinte e quatro) votos a favor, 7 (sete) abstenções dos Srs. Deputados Municipais, António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal (PS), José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PS), João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), e 9 (nove) votos contra dos Srs. Deputados Municipais Avelino Silva de Almeida (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Sandra Marisa Martins de Figueiredo (PS), Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS), António Carvalho de Almeida Casais (PS), Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS), Sónia Maria da Rocha Cela (PS), Augusto Sequeira Machado (PS) e Victor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS).

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Apresentou a seguinte declaração de voto: “GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2006 – Declaração de voto – O voto contra dos membros do Partido Socialista da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul fundamenta-se nas seguintes razões: 1- O documento em epígrafe que nos foi apresentado é documento pobre, sem novidades, pois das 257 obras e medidas previstas para 2006, apenas 12(!) são novas, pelo que não há capacidade de inovar e ousar; 2- Assim, o desenvolvimento integrado e sustentado do concelho é uma miragem, pela ausência de investimentos estruturantes; 3- Apenas cerca de 1% do total dos gastos previstos corresponde a obras ou medidas novas (326 700 euros para 33 788 328 euros); 4- Como compreender que tantas obras remontem a 2001 e continuem a constar em 2006? Simplesmente, porque estão em dívida; 5- Não podemos admitir que uma rotunda de necessidade muito duvidosa e anexos igualmente duvidosos (Rotunda do Bairro Mira Sul) tenha um custo previsional de 312 000 euros (62 000

contos) e em toda uma rubrica relacionada com a Educação se invistam valores semelhantes, apenas 341 050 de euros; 6- Assim como não podemos admitir que se invista quase tanto em desporto (num só ponto do concelho) como se investirá em Cultura, Educação, Acção Social, Rede de esgotos e Abastecimento de água juntos (2,1 milhões para 2,6 milhões). Um campo de futebol é a grande prioridade concelhia? Portanto, tal como aconteceu com os vereadores do Partido Socialista, também nós fomos obrigados a votar contra, pois entendemos haver outras opções bem mais prioritárias de molde a satisfazer as necessidades das populações e a aplicar mais racionalmente os dinheiros de todos nós. Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, 23 de Dezembro de 2005. O Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista”

De seguida procedeu-se à análise da quinta proposta do Executivo: “FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2006”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente a todos os membros do órgão deliberativo, fotocópia da minuta da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 12/12/2005, bem como fotocópia da informação da Directora de Departamento de Administração Geral, datada de 02/12/2005, tendo o Sr. Presidente da Câmara esclarecido que, se podia dizer que a receita era insignificante, o que foi cobrado em 4 meses, foram 300 mil euros e ainda por cima a EDP cobra isto desde Maio e só entregou agora. É uma taxa quase insignificante e ainda por cima é paga à custa do utilizador. De qualquer modo ela está adoptada, a lei permite que possamos cobrar essa taxa e a Associação Nacional de Municípios está a fazer todos os esforços, porque era a intenção inicial, para que fosse nomeadamente a Telecom, a EDP etc., a pagarem e não o utente e, por isso propõe que se mantenha na perspectiva de que venha a ser paga precisamente pelas operadoras e é isso que a Associação Nacional de Municípios está a diligenciar e está a pressionar, porque se não, não faria sentido estar o utente a pagar.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Neste caso tem que se congratular com a informação do Sr. Presidente da Câmara porque a questão que vinha colocar, à Câmara, era exactamente essa, porque é incompreensível que uma lei permita às Câmaras cobrar taxas sobre operadoras de telecomunicações pelo uso do espaço público e todos sabemos de obras e de esventramentos que eles fazem em ruas, nomeadamente aqui na Vila e, dos inconvenientes que isso traz para todos nós e depois o que se passa é que depois das Autarquias determinarem o valor a aplicar, as operadoras endossam esse pagamento aos clientes e foi por isso que a partir de Maio passado, começámos a levar com mais um imposto. Disse o Sr. Presidente que são verbas insignificantes, é verdade. Mas é verdade que migalhas também são pão e eu há poucos dias li num jornal diário nacional que o Município de Lisboa factura imenso à conta disso, também não é de estranhar porque basta nós pensarmos nas grandes empresas que estão sedeadas na capital. E, se calhar, nós nem sequer temos condições para imaginar os montantes das facturações que essas empresas acumulam e, como isto é um valor percentual, é natural que depois implique muito dinheiro. Mas o que queria dizer era o seguinte: acho muito bem que a Câmara, junto da Associação Nacional de Municípios, diligencie no sentido de ser feita justiça porque, posso confessar o meu caso particular, trabalho com duas operadoras, com a PT e com a Novis e a facturação da PT mensalmente não se esquece de me levar a parte que determinou levar, mas a Novis por exemplo não factura nada, não cobra (ainda bem é menos uma despesa mesmo que insignificante). Mas é injusto para todos nós que paguemos à Portugal Telecom para ela pagar à Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, mas a Portugal Telecom não paga a nós proprietários, a colocação dos seus postes nos nosso terrenos e a invasão das nossas propriedades, com os cabos e os fios que atravessam as nossas propriedades. Sr. Presidente, a

EDP ou a Cenel, agora voltamos à sigla antiga, a EDP paga quando atravessa com alta tensão na propriedade de cada um de nós, paga um “X”, sabe disso. Por que é que a EDP paga e por que é que a PT não há-de pagar? Ambas são cotadas em bolsa até acho que não perdem nada nas cotações, nos seus títulos. Sr. Presidente a proposta que trago aqui e, também à consideração da Assembleia, é que a Câmara Municipal também junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, além de pugnar pela reposição dessa justiça, de serem as operadoras a pagarem ao Município e não os clientes das mesmas, também as operadoras devam pagar aos particulares pela travessia dos espaços particulares. A Câmara Municipal não é uma pessoa maior ou melhor que cada um dos cidadãos. A Câmara Municipal é uma pessoa pública de bem, todos nós a temos como tal, mas todos somos pessoas de bem, todos os 40 que estamos aqui e, mais os assistentes, portanto se a Câmara tem o direito de ser ressarcida, acho que cada um de nós deve ser ressarcido. S. Presidente, fica este repto.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

De seguida, procedeu-se à análise da sexta proposta do Executivo: “PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS “NORMAS DE UTILIZAÇÃO DAS VIATURAS AO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente a todos os membros do órgão deliberativo, fotocópia da minuta da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 12/12/2005, bem como fotocópia da proposta do Vereador Prof. Rogério Duarte datada de 05/12/2005, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que é uma alteração que não tem nada de significativo que possa criar polémica, mas se houver qualquer questão que seja levantada.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

De seguida procedeu-se à análise do ponto 3 que foi aditado no início da Ordem do Dia: “REGIME DO LICENCIAMENTO COMERCIAL – LEI Nº 12/2004 DE 30/03. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A RESPECTIVA COMISSÃO MUNICIPAL”

Verificaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Quando se trata de indicação de pessoas, eu acho que estamos todos do mesmo lado da barricada, independentemente de estarmos do lado do PS ou do lado do PSD, porque todos nós queremos o melhor para o nosso Concelho e às vezes há coisas que não devem dividir-nos e mais ainda quando se trata de indicar pessoas para este ou aquele fim, e portanto é assim, por aquilo que me pude aperceber, eu não conheço a Lei, confesso a minha ignorância nesta matéria, mas esta comissão visa emitir pareceres sobre determinados licenciamentos do foro comercial. Eu acho que, atenta esta pressão, esta avalanche imensa de médias e grandes superfícies que querem tomar conta do comércio nacional e uma vez que as leis nacionais também não são restritivas, abrem as portas a tudo e, qualquer dia temos aí também megas superfícies oriundas da China, sugeria, se é que a

bancada do PSD também estará aberta a esta sugestão, o seguinte: a pessoa que nos deve representar enquanto órgão nesta comissão, acho que deve ser do ramo exactamente comercial. Uma pessoa que conheça o comércio por dentro e que depois em sede de comissão, para emissão de pareceres, consiga transmitir alguma coisa do seu conhecimento concreto do dia a dia. Porque a verdade é esta, não tenhamos ilusões, o comércio tradicional de Viseu está a estoirar, cada dia que passa o comércio tradicional de Viseu que sempre foi uma cidade de pequeno comércio de empresas familiares, sempre foi dado como o melhor exemplo Viseu e Évora. Os melhores exemplos de cidades comerciais do País. Viseu hoje, cada dia que passa, tem o centro histórico a morrer mais, porquê? Porque atrás de uma média e de uma grande superfície, vem outra e outra. Nós S. Pedro, pequeninos, estamos no mesmo caminho e portanto até já vos digo se eu fizesse parte dessa comissão, a uma média superfície do Pingo Doce ou seja outro nome, eu desde logo diria não. Nós já temos médias superfícies que cheguem, qualquer dia também essas médias superfícies começam a fechar as portas, é o LIDL a comer o Intermarché depois é o Pingo Doce a comer do LIDL e o Intermarché e depois há-de vir uma outra comer as três primeiras e por aí adiante e, depois qualquer dia começam a fechar e começamos a ficar aí com monstros, com elefantes brancos, com grandes espaços fechados e, com pessoas a ir para o desemprego, se calhar com grandes problemas sociais etc. Aquilo que eu sugeria era o seguinte: que houvesse aqui disponibilização de uma pessoa ligada ao comércio e depois votávamos isso por consenso. A mim não me repugna votar num nome do PSD como não me repugna votar no nome de alguém do PS que se disponibilize para isso. Mas acho que deveria ser alguém da área comercial e que se disponibilizasse a integrar essa comissão.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Já fizemos a apresentação de uma proposta e, para aqueles que estavam no anterior mandato o representante que estava nesta comissão era o nosso Deputado Carlos Reis e, de facto sempre trabalhou na área de serviço, tem escritório cá e, foi por isso que nós novamente o propusemos para que fosse ele o representante desta Assembleia na comissão. Já agora e em resposta ao Dr. Ferreira Gomes, o Intermarché já foi aprovado no tempo da gerência do Partido Socialista e de facto há outros aspectos que nós temos que reconhecer e que têm muita lógica mas, o que é verdade é que muitos cidadãos de S. Pedro do Sul, apesar de termos já neste momento o LIDL, o Intermarché, etc., vão a Viseu ao Continente, ao Feira Nova, ao Pingo Doce, etc., isso é a lei da concorrência. O que de facto devemos é preservar o comércio tradicional, é lógico e é justo, mas por vezes também há a globalização deste sistema: é o caso neste momento dos Chineses, já os temos cá em S. Pedro do Sul, as pessoas às vezes é que não querem ver e, faz-me lembrar outra questão que se coloca hoje e que é discutível publicamente, então acham bem o monopólio das farmácias? Aqui está a lei da concorrência a funcionar, se queremos uma coisa por um lado e, não queremos outra por outro? Temos que nos sujeitar às realidades e para isso a comissão deverá ter esse apoio. Agora uma das coisas que, nós como cidadãos e como Sampedrenses devemos exigir, é que essas sociedades dessas empresas tenham obrigatoriamente uma sociedade com sede em S. Pedro do Sul. Isso é que é importante nós exigirmos e porquê? Porque os impostos vão ser pagos aqui, a eventual derrama que nós aplicarmos sobre os lucros, vão cair aqui enquanto uma grande parte dessas grandes superfícies ou eventualmente, lembram-se das companhias de seguros, os bancos, onde eles têm todos a sede? Em Lisboa. Para onde vão os lucros? Para onde vai a derrama? Vai tudo para fora daqui, esse pormenor é que deve ser exigido, se possível que sejam empresas obrigatoriamente com sede em S. Pedro do Sul. Isso é que é importante para nós todos.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Em relação ao que disse o Deputado António Ferreira Gomes, eu compreendo aquilo que ele disse, que são as angústias dos nossos pequenos comerciantes. Agora o que acontece é que de facto não há economias perfeitas. Nós estamos numa economia de mercado, concorrencial, de acordo com os interesses da União Europeia onde estamos, e quanto à globalização, não há alternativa. Há é que minorar estas situações dentro do possível e, os nossos pequenos comerciantes, também têm que começar a aprender a concorrer nesta nova situação que se gerou. A economia actual não é a que era há 20 ou 30 anos atrás. O que é que nós ganhamos com este protecționismo? Éramos um país muito mais pobre e muito mais atrasado e está provado que com a liberdade comercial é que a economia cresce e é que se pode criar também desenvolvimento social. E eu aí digo, porque é que por exemplo, os nossos pequenos comerciantes, que eu percebo as angústias deles, não fazem o que a Discomer fez ainda antes do 25 de Abril? Foram cinco ou seis pessoas, pequenos comerciantes de S. Pedro do Sul, que já na altura tiveram a visão de se juntar, criar um grande armazém. Está ali o meu amigo Rui Costa, creio que até será sócio actualmente da Discomer ou senão é, o avô foi um dos fundadores, mas já nessa altura tiveram essa visão e hoje a Discomer não tem problemas creio eu, ainda em competir nesta nova situação com grandes e médias superfícies. É preciso é ter essa visão porque o protecționismo não nos leva a lado nenhum mas sim a concorrência, não uma concorrência selvagem, certamente com regras. Não é perfeita, não é, daí a função social do estado para colmatar as desigualdades que esta situação cria. Não sei se fui para o aspecto demasiado doutrinário mas na prática é assim nos dias que correm.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Respondendo ao Sr. Manuel Silva, é evidente que a lei é permissiva e eu sei que estamos numa economia de mercado e de livre iniciativa e de livre concorrência, tudo isso. Mas a verdade é que se nós também não tivermos algum cuidado, alguma preocupação com isso e, compete obviamente à comissão embora o parecer não seja vinculativo, parece-me que também não é vinculativo. Nós qualquer dia damo-nos conta que em casa só temos produtos estrangeiros, porque estas firmas são firmas de grande dimensão e não são apenas de dimensão nacional, são de dimensão internacional e eles vão buscar os produtos às empresas que lhes fizeram os fornecimentos a melhores preços, mais baratos. Nós sabemos que por esta Europa fora, nem é preciso sair da Europa, há muitos países onde os custos de produção são baixíssimos em relação aos nossos, é por isso que cada vez mais temos no Intermarché, no LIDL, no Continente produtos que não são produção nacional e, ainda que nós compremos produto com a marca continente, só para testar um exemplo, o rótulo continente não é necessariamente rótulo de produto nacional, do Belmiro Azevedo, não é. O próprio leite é espanhol, é barato pois é, porque eles lá têm custos de produção muitíssimo inferiores aos nossos por exemplo, e o que acontece é isto: qualquer dia estamos a consumir estrangeiro, e as nossas empresas de produção, não importa se são da agricultura, se são da indústria, se são de serviços, vão fechando, e porquê? Porque não vendem. Esta também é uma preocupação que cada um de nós também deve ter no acto de compra, mas se nós não tivermos aqui o mínimo de controlo sobre isto, acreditem que o nosso futuro vai ser esse. A nossa proposta vai para o António Casais porque aquela sugestão que eu dava de ser comerciante e, da nossa área ninguém querer assumir essa candidatura, do PSD também tem candidatura própria.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham entrado na mesa duas propostas, duas listas para efeitos de votação, uma por escrito e

outra verbal. A primeira a chegar à mesa passou a constar como lista A do PSD com o seguinte teor: “Proposta para a comissão de licenciamento de espaços comerciais: Carlos Alberto Couceiro Reis, Grupo Parlamentar do PSD”. A segunda proposta será lista B composta pelo nome do Sr. Deputado Municipal António Carvalho de Almeida Casais, verbalmente apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Procedeu-se à votação das listas, por voto secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado:

Lista A – 24 votos

Lista B – 16 votos

Perante tal votação foi eleito para integrar a Comissão Municipal no âmbito do Novo Regime do Licenciamento Comercial o Sr. Carlos Alberto Couceiro Reis.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público** tendo-se verificado a seguinte intervenção:

- Sr. Rui Pedro Costa Lopes depois da saudação disse: Quero em primeiro lugar, dizer que a minha intervenção hoje não se prende com nenhum tipo de saudade do desempenho destas funções, prende-se antes com a consciência cívica e com a necessidade de habituar os munícipes, que não são membros dos órgãos autárquicos, a virem aqui expor as suas preocupações, os seus problemas, é salutar. A política não se fecha numa sala de reuniões de Câmara ou Assembleia Municipal e de facto este é um exemplo a ser seguido, no caso é feito por quem já esteve nesta sala em diferentes funções, mas que hoje veio aqui enquanto cidadão, enquanto munícipe e enquanto contribuinte inquirir a Assembleia Municipal a respeito de duas pequenas questões. A primeira e fundamental, é saber para quando um pacto sério entre poder e oposição para a consolidação das finanças públicas municipais. Quando é que finalmente poder e oposição se sentarão à mesa e deixarão de vir aqui anualmente aprovar Orçamento e Planos de Actividades que não têm o rigor necessário e desejado. Isto é, para quando o fim da farsa de termos inscrita como receitas do município coisas como, a venda de terrenos que nem sequer em nome da Câmara Municipal se encontram, é o caso da Qtª do Dr. Morgado em Castro Daire. Quando é que damos as mãos e avaliamos todos, partidos políticos e munícipes, as reais condições financeiras do município? Para quando é que limpamos o orçamento de rubricas inúteis, quando é que deixamos com verdade uma previsão daqueles que vão ser os nossos gastos e uma previsão daquelas que vão ser as nossas receitas? Pode-se inscrever e abrir rubricas com 100 euros, agora inflacionar as rubricas, quando se sabe que não se cobra a receita, não. Isso já vem do tempo do PS. Já no tempo do PS e, eu aqui sentado como Deputado Municipal, aprovei orçamentos em que se falava da venda da cadeia e da casa dos magistrados e enquanto vereador votei contra orçamentos em que se fala sistematicamente e todos os anos se prevê arrecadar as receitas das eólicas que nunca mais vêm e se prevê a venda de bens que sabe que não se vão vender. Para quê? Para gastarmos sem controlo, para gastarmos sem absoluto critério e por isso é que temos 7 milhões de euros, 1.400.000 contos ou mais de encargos correntes em dívidas a empreiteiros e fornecedores, o momento é grave os próximos tempos serão de aperto e julgo que é preciso termos consciência, já que neste orçamento não foi possível, mas no próximo orçamento e ouvindo os cidadãos de não termos vergonha de esconder que temos dificuldades financeiras e que temos uma dívida corrente de 7.000.000 euros (sete milhões de euros) e de nessa altura, com seriedade votarmos um orçamento por unanimidade, em que estas situações

deixem de se insistir e se faça um esforço para que nos próximos 4 anos consigamos consolidar a dívida corrente da Câmara e consigamos de facto demonstrar que somos capazes de gerir melhor que ninguém o nosso concelho. Isso é fundamental, é um desafio que vos deixo para os próximos 4 anos e, naturalmente sobre a forma como estão, para quando a solução a este problema? A segunda questão é a seguinte: foi hoje eleito um representante para a comissão municipal do comércio, no âmbito do licenciamento das médias superfícies. No ano passado foi licenciada uma nova média superfície e a lei já estava em vigor. Eu gostava de saber, porque não me recordo, faltei a algumas assembleias municipais, mas não me recordo, durante o meu tempo de mandato quem é que foi eleito para estar nessa comissão de acompanhamento, quem é que lá esteve em representação da Assembleia Municipal, como é que se votou, quando foi eleito, porque razão assim foi designado e já agora, quais as contas a prestar desta actividade. Não é apenas ser-se eleito como para a Associação Nacional de Municípios. Acho que era bonito que os representantes das Juntas de Freguesia, na Associação Nacional de Municípios, na Assembleia Distrital de Viseu e representantes da Assembleia Municipal aqui viessem e apresentassem, pelo menos a título informativo, aquilo que se passou nessas reuniões e também na questão do comércio porque se viu aqui hoje que houve um grande debate em torno da natureza do comércio que espero que haja uma Assembleia Municipal extraordinária e, cá estarei enquanto público para ter intervenção nesse ponto, espero que ela se venha a realizar sobre as medidas de fundo para o comércio em São Pedro do Sul. Exorto-vos a que debatam isso. Mas também é preciso saber quem é que lá esteve e em que termos é que deliberou.

Nesta altura a Vereadora Maria Fátima Pinho manifestou a intenção de intervir como público, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclarecido que um Vereador só poderia intervir com autorização do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a pedido do Plenário ou para defesa da honra, conforme está previsto no Regimento da Sessão da Assembleia Municipal. Numa mesma sessão da Assembleia Municipal não poderá ter duas posições diferentes. Apresentou-se como Vereadora, tem justificação da presença como tal, terá direito à senha de presença como Vereadora. E como Vereadora está sujeita ao Regimento que é praticamente uma reprodução da Lei e nós não temos capacidade para a alterar.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) Disse: Eu não tenho o Regimento comigo, e confesso a minha ignorância nesse aspecto, mas se uma pessoa não pode intervir enquanto vereadora, se não pode intervir enquanto cidadã, essa pessoa não está numa democracia. Nunca pode intervir? Ela quis intervir enquanto vereadora e agora quer colocar uma questão enquanto público.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que há um Regimento que define quais são as regras de intervenção de um vereador que está na Assembleia para toda a Assembleia, e não para o período de antes da ordem do dia, para o período da ordem do dia ou para o período de intervenção do público, e consta no Regimento que o público pode intervir. Tanto quanto sabe está cá como Vereadora. Pode vir como público, se disser hoje não estou como vereadora, estou como público. Senta-se no público desde o início, não recebe senha, nem justificação em como esteve presente, e pode intervir como público.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Gostava de contar um episódio que aqui se passou. Já fui vereador da Câmara Municipal no tempo do Partido Socialista em que era presidente o Dr. Bandeira Pinho e em que de facto a Lei era diferente da actual e em que o Sr. Presidente da Câmara Municipal também não me deixou intervir. Hoje, queria dizer directamente a todos os membros do Partido Socialista, que a Lei permite que qualquer vereador

seja questionado por qualquer eleito desta Assembleia e como tal, se queriam que ela falasse sobre o tema que queria falar, algum de vós devia ter questionado a Sr<sup>a</sup> Vereadora para se poder pronunciar. A Lei prevê essa situação. No entanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal pode substituir-se e responder pelo vereador questionado.

A Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que queria fazer um protesto.

- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal: disse à Sr<sup>a</sup> Vereadora que podia fazer um protesto contra a sua recusa de não a deixar intervir, mais nada. Competia-lhe a ele assegurar a legalidade dos actos e dessa forma não ia admitir. Disse que era a aplicação do Regimento da Assembleia.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 18h50, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Secretários da Mesa.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**

**OS SECRETÁRIOS,**